



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 107

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 200

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 107****SUMÁRIO****Mesa Executiva ..... 02****Presenças ..... 02****Abertura da Sessão ..... 03****Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 09

**Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto ..... 13

Dep. Elza Correia..... 14

Dep. Neivo Beraldin ..... 15

Dep. José Domingos Scarpellini..... 15

Dep. Deputado Tadeu Veneri ..... 16

Dep. Rafael Greca..... 18

**Grande Expediente:**

Dep. Rafael Greca..... 18

Prof. Marcelena Garcia de Souza .. 23

**Horário das Lideranças:**

Liderança do PT:

Deputado Tadeu Veneri ..... 17

Liderança do PMDB:

Deputado Rafael Greca ..... 22

Liderança do PSB:

Dep. José Domingos Scarpellini 24

Liderança do PTB:

Dep. Jocelito Canto ..... 25

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto ..... 25

Liderança do PFL:

Dep. Elio Rusch ..... 26

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni ..... 27

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 28

Discussão / Votação:

3ª Discussão ..... 29

2ª Discussão ..... 29

1ª Discussão ..... 29

Discussão Única (Proposições). 38

Discussão Única (Indicações)....39

Requerimentos .....39

**Encerramento da Sessão Ordinária .....40****Publicações:**

Diretoria Geral:

Portarias .....40

**101ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
04 DE OUTUBRO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Secretária Cida Borghetti.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Elton Carlos Welter e Ratinho Júnior (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob o nº CTL/CC/167/2005, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 015, 069, 139, 180, 299, 331, 338, 339, 376, 377, 387, 388, 424 e 425/2005, respectivamente.

Sob os nºs CTL/CC/162, 163, 164, e 166/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

162/2005: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre emissão de receiptuários e carimbos médicos, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.827. **Anote-se - Arquite-se.**

227/2005: De autoria do Deputado Delegado Braddock, que autoriza o Poder Executivo a instituir o documento de identificação da pessoa com deficiência e doença crônica permanente, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.828. **Anote-se - Arquite-se.**

434/2005: De autoria do Deputado Mauro Moraes, que, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Dependentes de Drogas ("Sim à Vida, Não às Drogas"), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.829. **Anote-se - Arquite-se.**

155/2005: De autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre instalação de bebedouros e sanitários em hospitais, casas de saúde ou maternidades, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.833. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC nº 160/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 047/2005, de autoria do Deputado Delegado Braddock, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 161/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria da Deputada

Arlete Caramês, tendo em vista ter sido o mesmo, pela forma como está posto, considerado contrário ao interesse público, conforme motivação aduzida pela Secretaria de Estado da Saúde. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC nº 165/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 484/2004, de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 7072/2005 - Mec/Sesu/Dedes, do Sr. Nelson Maculan - Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, comunicando convênio entre a Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro e a Secretaria de Educação Superior, com a finalidade de atender despesas inerentes do Programa de Educação Tutorial - PET, no valor de R\$ 55.944,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais), e o valor de R\$ 11.188,80 (onze mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos) como contrapartida. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1559/REDUR/LD, do Sr. Marcos Alberto Rocha Augusto - Supervisor da Representação de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal - Filial de Londrina - Paraná comunicando que o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, procedeu o desembolso dos recursos financeiros, depositados na conta corrente número 1631.006.00000018-6, Agência Nova Londres/PR, referente ao Contrato de Repasse nº 171580-12/2004/MDA/Caixa, Programa Pronaf, do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, objeto Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural, cujo valor total dos recursos é de R\$ 600.170,00 (seiscentos mil, cento e setenta reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 061/2005, da Sra. Adriângela M. Ligeiro Montesano - Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, Agência Ahú, comunicando liberação de recursos financeiros em 15.08.2005, no valor de R\$ 59.940,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta reais), destinados à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 172.926-06/2005/MDA/Caixa, assinado em 02.08.2005, Programa Pronaf. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL 535, 536 e 537/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, para execução dos Programas PNAE, PNAC e PNAI. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL 538 e 610/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação, para execução dos Programas Pnate e Peja. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 04 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado do Partido Trabalhista Brasileiro e a partir da presente data farei parte da Bancada do PTB, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

OFÍCIO GAB Nº 235/2005

Curitiba, 04 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, vimos na oportunidade solicitar a especial atenção de V. Exa. no sentido de nos liberar as dependências do Plenário desta Casa para a Formatura do Curso de Ciências Políticas da Facinter - Faculdade Internacional de Curitiba, a realizar-se no dia 20.01.2006, a partir das 19h00.

Sendo o que tínhamos para o momento externamos protestos de elevado apreço e considerações.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

## **Indicações**

INDICAÇÃO Nº 050/2005

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

O Deputado Hermas Brandão vem, através da presente, expor e reivindicar o seguinte:

I - Indica ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a adoção de medidas no sentido de criação de Varas Especializadas em Crimes de Racismo e Discriminação.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa é resultado de um amplo debate ocorrido na data de hoje, 04 de outubro de 2005, no Plenário desta Assembléia Legislativa, que em audiência pública reuniu diversas entidades ligadas ao tema discriminação e racismo no âmbito estadual, nacional e internacional.

Os motivos que justificam a presente proposição são amplamente explicitados no documento anexo, de autoria do IBAF - Instituto Brasil & África e IPAD - Instituto de Pesquisa da Afro Descendência.

Neste sentido, conclamo todos os nobres Pares desta Casa de Leis a proceder o devido apoio à indicação legislativa que ora apresentamos.

INDICAÇÃO Nº 051/2005

Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Hermas Brandão vem, através da presente, expor e reivindicar o seguinte:

I - a adoção das medidas necessárias no sentido da criação da Delegacia Especializada de Crimes de Racismo e de Discriminação, em todas as regiões do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição legislativa é resultado de um amplo debate ocorrido na data de hoje, 04 de outubro de 2005, no Plenário desta Assembléia Legislativa, que em audiência pública reuniu diversas entidades ligadas ao tema discriminação e racismo no âmbito estadual, nacional e internacional.

Os motivos que justificam a presente proposição são amplamente explicitados no documento anexo, de autoria do IBAF - Instituto Brasil & África e IPAD - Instituto de Pesquisa da Afro Descendência.

Neste sentido, conclamo todos os nobres Pares desta Casa de Leis a proceder o devido apoio à indicação legislativa que ora apresentamos.

## **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 3012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 408/2004, item 04 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a retirada do Veto apostado ao Projeto de Lei nº 009/2005, item 07, Proposição nº 068/2005, da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3013

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 415/2005, de minha autoria, que concede o Título de

Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 3036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Leis nºs 547/2003 e 601/2005, que dispõe sobre regulamentação do artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. (Soberania Popular).

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 3004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER autorização para ausentar-se no dia 06 do corrente em viagem a Brasília, tendo em vista audiência com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, acompanhando o Prefeito do Município de Ponta Grossa e representando este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 3026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização do Plenário para se deslocar a Londrina no dia 14 e Maringá no dia 15 de outubro, para participar das Audiências Públicas de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 3027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização do Plenário para se deslocar a Cascavel no dia 13.10.2005, e para compor a mesa redonda "Saúde e Desenvolvimento", como palestrante no dia 14.10. do 2º Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais no Brasil.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 3029

Senhor Presidente:

Os Parlamentares que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm mui respeitosamente, REQUERER a aprovação deste Plenário dos seus afastamentos nos dias 18 a 20, 25 a 28 e 31 de outubro de 2005, para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em Audiências Públicas a serem

realizadas no Estado do Paraná, com intuito de esclarecer à população sobre o Orçamento Público, nas cidades de Cascavel, Pato Branco, Londrina, Maringá, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(aa) MARCOS ISFER

ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autorizada a Audiência Pública de Educação Infantil, no dia 21 de novembro de 2005, a partir das 8h30min.

Na oportunidade solicitamos o plenarinho desta Assembléia para a realização da referida audiência.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### REQUERIMENTO Nº 3003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Araújo de Lara Bello, ocorrido no último dia 26, em Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade faleceu em 26 de setembro/2005, em Clevelândia, o serventuário da Justiça, Araújo de Lara Bello.

Deixou viúva, Aglair R. Ciolla Bello, e ainda quatro filhos. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho. Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu o prezado amigo. Entretanto, leva consigo, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, desempenhando com dignidade suas funções. Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Araújo de Lara Bello, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Lara Bello, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

# REQUERIMENTO Nº 3016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Jaquelina Rodrigues Lima, ocorrido no dia 18 de setembro p.p., na cidade de Capitão Leônidas Marques.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seus pais, Ivanilda da Silva Rodrigues Lima e José Osni Lima, enviando correspondência à Avenida Iguaçu, 366, CEP: 85.790-000, Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Prematuramente, numa das inúmeras peças que a vida nos prega, retirou de nossa convivência a jovem Jaquelina. A dor e a tristeza pela perda, calaram profundamente o coração de seus familiares, amigos e de toda a população leônidas-marquense.

A morte, um dos mistérios de Deus, nos priva do convívio de pessoas que amamos, que fazem parte de nossa rotina diária, com quem vivenciamos os momentos mais importantes. Num primeiro instante, não aceitamos a separação, responsável pela abertura de uma grande ferida em nossos corações.

Nesse momento, a fé é posta em questionamento. Nas dúvidas e nas incertezas do cotidiano, devemos ter sempre em mente que para tudo existe um propósito divino, muitas vezes desconhecido pela nossa frágil condição humana. Mas, acima de tudo, o que deve prevalecer é a convicção de que, ao mesmo tempo em que Jaquelina está sendo acolhida na morada de Deus, este mesmo Deus está confortando o coração de cada um que hoje sofre sua perda.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

# REQUERIMENTO Nº 3035

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o registro de votos de profundo pesar à família da Sra. Maria Lucia Contiero, pelo falecimento de seu esposo, Sr. Osvaldo Contiero, ocorrido na data de 01.09.2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família, residente na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná; Fone (044) 3252-1906, à Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 179, CEP: 87600-000.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

# REQUERIMENTO Nº 3018

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor Presidente do Ipem - Instituto de Pesos e Medidas do Paraná, Sr. Leonaldo Paranhos da Silva, votos de congratulações pela edição da cartilha “De Olho na Bomba”, lançada no dia 02 de outubro, na cidade de Cascavel.

A cartilha foi editada para orientar os revendedores de combustíveis de todo o Paraná sobre os principais itens da legislação nacional que regulamenta a atividade e foi lançada no I Grande Encontro de Revendedores do Oeste e Sudoeste do Paraná, promovido pelo Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Paraná - Sindicombustíveis-PR.

Trata-se de medida de orientação para os revendedores, evitando-se a imposição de multas antes da conscientização. É o combate a adulterações, fraudes, meio ambiente e ética no mercado.

A orientação, a educação, é fundamental para criar a cultura do respeito ao consumidor e nessa linha, cabe-nos enaltecer o trabalho do Ipem.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

# REQUERIMENTO Nº 3019

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar para que sejam registradas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Poder à direção e funcionários do jornal “O Presente”, da cidade de Marechal Cândido Rondon, pelo transcurso do 14º aniversário de suas existência, no dia de hoje, 04 de outubro.

Caso aprovado a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, com a expressão dos votos de larga prosperidade e contínuo sucesso, ao jornal homenageado, na pessoa do seu ilustre Diretor-Presidente, Sr. Arno Kunzler, à Rua Sete de Setembro, 1233; CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

# REQUERIMENTO Nº 3030

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar que sejam registradas nos Anais da Sessão desta data, efusivos cumprimentos e congratulações à Unioeste campus de Marechal Cândido Rondon, na pessoa de seu Diretor-Geral, Dr. Davi Félix Schreiner, pela passagem dos 25 anos do ensino Superior em Marechal Cândido Rondon.

Nobres Parlamentares. Já tenho afirmado em muitas oportunidades que o retrato fiel de uma instituição ou de uma organização traz em si as cores do passado, o brilho do presente os lampejos do futuro. Reconhecer os feitos do pioneirismo é base profunda do idealismo. E cultivá-lo é um dever e, sobretudo, uma honra.

O pioneirismo provém das iminências e das inquietudes, que tiram o sossego e provocam, fazendo insurgir os homens com visão de futuro, no sentido de acontecerem mudanças e realizações de adequação à dinâmica dos tempos.

Na década de 70, a conjuntura brasileira começa a transformar-se. O Oeste do Paraná, essencialmente agrícola, não escapa dessa onda de transformações. Como se sabe, a agropecuária brasileira saía do anacronismo do cultivo e da criação de sobrevivência para afigurar-se como potência rural, no que, de fato, veio se firmar o país, nas décadas seguintes, por sua forte inserção no contexto internacional.

O despertar de um novo tempo de realinhamento econômico não poderia alcançar a sua potencialidade, se não ocorresse, paralelamente, o aprimoramento cultural de sua gente. Assim, não restava outra alternativa que não fosse o desprender-se das amarras da inculturação.

A história do Ensino Superior em Marechal Cândido Rondon surge com a esteira de mudanças radicais que se processam no Brasil.

Da convivência harmoniosa entre a arte, a imaginação e a razão, acontecem as mutações necessárias e surgem grandes realizações. Mas, não basta a arte, a imaginação e nem a razão, se não houvessem homens com visão de futuro, capazes de escolher entre o que é certo, o que é bom; e o errado e o ruim.

O surgimento e o desenvolvimento de qualquer setor da atividade humana é, antes de tudo, o resultado do querer daqueles que almejam não apenas o melhor para si mesmo, mas sim, para toda a coletividade. É assim que vejo aqueles pioneiros do Ensino Superior em Marechal Cândido Rondon: devotados pela causa comum.

Estes homens fizeram de um alicerce frágil, como foi o princípio do Ensino Superior em Marechal Cândido Rondon, uma instituição que foi se consolidando, chegando à vanguarda que ainda mais se acentuou, na posterior unificação das faculdades públicas regionais, onde restou formar a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Olhando para trás, revendo e recordando este curto mas profícuo passado de expressivos feitos do Ensino Superior em Marechal Cândido Rondon, podemos orgulhar muito, Srs. Deputados, como paranaenses, do muito que fizeram aqueles que tiveram a árdua tarefa de conduzir e desenvolver o alto ensino, não sem luta e pesados sacrifícios. Missão que se incumbem com a mesma invulgar dedicação e desprendimento os seus atuais dirigentes. Eis que seus nomes se inserem no elenco dos cumprimentos e congratulações pelo "mérito" dos deveres assumidos.

Em 25 anos, o Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon, pontuado no campus local da Unioeste, tem um retrospecto histórico auspicioso de feitos e ações pujantes, os quais vieram em benefício de milhares de seres humanos e proporcionaram incomensuráveis benefícios no âmbito do espaço de sua exemplar atuação. E o futuro se vislumbra ainda maior diante da somatória de forças que hoje se constituem.

E, por achar, que os feitos bem realizados devem ser reconhecidos e aplaudidos àqueles que os protagonizam, é que se requer o presente registro: e, caso ele seja aprovado, solicita-se seja dado ciência do mesmo ao Dr. Davi Félix Schreiner, Digno Diretor-Geral do Campus da Unioeste de Marechal Cândido Rondon, via correspondência a ser encaminhada à Rua Pernambuco, 1777 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 3015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de regozijo à Associação dos Motoristas de Quedas do Iguaçu, pelo êxito da festa realizada em 10 de julho p.p., naquele município.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao Sr. Carlos Marcom, Presidente da Associação dos Motoristas, enviando correspondência à Rua Juazeiro, 1065; CEP: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Sol, chuva, frio, calor, dia e noite, não importa. O Brasil não pára, a nossa economia não pára e o progresso desta nação continua sendo conduzido pelas hábeis mãos dos nossos motoristas, profissionais que desempenham um importantíssimo papel no dia-a-dia do nosso país.

Cortando este imenso continente de norte a sul, esta classe conduz sobre as rodas de seus veículos o desenvolvimento de um povo, a esperança de dias melhores para todos que habitam esta pátria. O tempo segue e, em cada saída e em cada chegada uma nova emoção e, o mais importante, a felicidade de mais um desafio vencido.

E por falar em desafios, foi com muita competência e extremo bom gosto que a categoria mais uma vez provou a sua capacidade. A Festa dos Motoristas, realizada em 10 de julho passado pela Associação dos Motoristas de Quedas do Iguaçu foi coroada de pleno êxito, o que, para nós, já era esperado pela maneira exemplar como esta associação vem sendo dirigida.

No ir e vir de cada viagem, esta categoria acalenta dentro do coração o sonho de um Brasil melhor, sonho este que se revigora a cada nascer do sol. Sol, que com seu intenso brilho, clareia as novas fronteiras a serem desbravadas por todos que abraçam esta digna profissão.

Parabéns aos nossos motoristas!  
Parabéns à Associação dos Motoristas de Quedas do Iguaçu!

#### REQUERIMENTO Nº 3020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registradas nos Anais da Sessão de hoje, votos de regozijo à Unioeste - *Campus* de Marechal Cândido Rondon, pelo aniversário de 25 anos do Ensino Superior naquele Município, que se comemorará no dia 04 de outubro de 2005.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao professor Dr. Davi Félix Schreiner, Diretor-Geral da Unioeste, à Rua Pernambuco, 1777 - Cx. Postal 91 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3007

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem através do presente REQUERER envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Saúde, Cláudio Murilo Xavier, conforme especifica abaixo:

Portaria SAS 587 que normatizou a Rede Estadual de Assistência ao Deficiente Auditivo, apesar de entendermos que os serviços devem ser de qualidade e atender às normas técnicas é necessário que se atente para o seguinte:

A região Sudoeste do Paraná é composta por 42 municípios e lá estão sediadas as 7ª e 8ª Regional da Saúde, possuindo mais de 550 mil habitantes e infelizmente até o momento não está com o serviço credenciado para prestar assistência ao deficiente auditivo e importante saliente que este serviço atende demandas principalmente de idosos e crianças com dificuldades de locomoção e como precisam se deslocar, em média quatro vezes por semana para conclusão do atendimento.

Não há como não permanecer na região o atendimento a essa população. Solicito uma especial atenção no sentido de somar esforços para que possamos habilitar esses serviços em Francisco Beltrão e com isso estaríamos contribuindo para diminuir o sofrimento daqueles que necessitam dos mesmos, e há que ser considerado ainda o risco que estes pacientes correm nas viagens.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 3022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando provi-

dências referente a funcionários das agências de Renda da Receita Estadual.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências referentes a denúncias recebidas denunciando abusos e arbitrariedades ocorridas no Curso para Sargento.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando correspondência de uma cidadã indignada com assaltos ocorridos a estudantes, em Londrina.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, encaminhando correspondência recebida por este Parlamentar, de uma cidadã indignada com assaltos ocorridos a estudantes, em Londrina.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3031

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Ângelo Vanhoni que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação; à Sra. Maria Aparecida Zanetti, Chefe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da SEED; Angelina Carmela Romão Mattar Matiskei, do Departamento de Educação Especial; Sr. Dr. Aldo José Parzianello, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania; Honório Olavo Bortolini, Coordenador Geral do Departamento Penitenciário - Depen e demais Diretores dos estabelecimentos penitenciários do Paraná, propondo a socialização da experiência, com extensão e adequação do programa de produção de livros em braille da Penitenciária Estadual de Maringá.



Esta solicitação, Srs. Deputados, fazemos, porque a Penitenciária Estadual de Maringá, sob a direção do Coronel Antônio Tadeu Rodrigues, desenvolve o Programa de Produção de Livros em Braille e Gravados, para o CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Este programa que envolve a produção de materiais didáticos e paradidáticos, em alto-relevo (Braille) e gravados.

Este material é produzido por grupos de presos na Penitenciária Estadual de Maringá, que fazem digitação de livros paradidáticos e literaturas em geral; a confecção de matrizes em relevo e a gravação de livros falados, que agora serão disponibilizados em fitas cassetes e CD's. Atendendo, na área de atuação do CAP-Maringá, mais de cem municípios, num total de 328 (trezentas e vinte e oito) pessoas.

A Penitenciária Estadual de Maringá tem duas ações públicas em dois segmentos mais excluídos de nossa sociedade: os presos e as pessoas com deficiência.

Requer outrossim que após a decisão desta Casa, seja comunicado às autoridades citadas neste requerimento, cujo endereço anexamos.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 3032

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Ângelo Vanhoni que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, com moção de louvor à Penitenciária Estadual de Maringá, na pessoa do seu Diretor, Coronel Antônio Tadeu, e a todos envolvidos, no Programa de Produção de Livros em Braille e Gravados para atender a demanda do CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimentos às Pessoas com Deficiência Visual, da Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

Esta solicitação, Srs. Deputados, fazemos, porque a iniciativa da Penitenciária Estadual de Maringá, com as Secretarias de Estado da Justiça e da Educação, atinge dois dos segmentos mais excluídos de nossa sociedade: os presos e as pessoas com deficiência.

Este programa, edita materiais didáticos e paradidáticos (material em alto-relevo - em Braille - e a elaboração de livros falados), produzidos por grupos de presos na Penitenciária Estadual de Maringá, que fazem a digitação de livros paradidáticos e literaturas em geral, a confecção de matrizes em relevo e a gravação de livros falados, que agora serão disponibilizados em fitas cassetes e CD. Atendendo, na área de atuação do CAP-Maringá, mais de cem municípios, num total de 328 (trezentas e vinte e oito) pessoas.

Requer outrossim que após a decisão desta Casa seja comunicado às autoridades que anexamos.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 3033

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Ângelo Vanhoni que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, à Receita Federal - Delegacia do Paraná, solicitando a doação de CD-Players e reprodutores de fitas cassetes apreendidos, para o CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, da Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

Esta solicitação, Srs. Deputados, fazemos, porque o programa atende centenas de pessoas com deficiência visual em várias regiões do Estado do Paraná. Este programa está sendo ampliado com a iniciativa da Penitenciária Estadual de Maringá, que com as Secretarias de Estado da Justiça e da Educação, mobilizando presos para a edição de obras literárias, didáticas e paradidáticas, justamente para atender a demanda do CAP. Esta ação tem mostrado a possibilidade da articulação de diversos setores do serviço público para buscar a inclusão social de dois segmentos mais excluídos: o da população carcerária e das pessoas com deficiência.

Este programa, no entanto, esbarra na limitação apontada pela falta de CD-players e reprodutores de fitas cassetes, uma vez que grande parte dos educandos e educandas são pessoas de baixa renda e não possuem condições financeiras para adquirir tais equipamentos.

Requer outrossim, que após a decisão desta Casa, seja comunicado às autoridades que anexamos.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

### *Projetos de Lei*

Projeto DE LEI Nº 610/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Hospitalar Beneficente Nova Saúde, com sede e foro na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares. Tenho a honra de apresentar a Associação Hospitalar Beneficente Nova Saúde, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Palmeira, prestando assistência médico-hospitalar às pessoas que necessitarem, bem como a prestação de serviços gratuitos sem discriminação de qualquer natureza.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 611/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Seicho-No-Ie, a ser comemorado no dia 22 de novembro em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O movimento Seicho-No-Ie vem sendo impulsionado atualmente como Movimento Internacional de Paz pela Fé. Através da fé em um Ser universal e da expansão internacional da doutrina que reverencia as pessoas como divindade, transcendendo quaisquer diferenças de etnia e de religião, o Movimento Internacional de Paz pela Fé, visa resolver todos os conflitos raciais e religiosos que a humanidade enfrenta nos dias de hoje, a fim de concretizar um mundo pacífico.

No dia 1º de março de 1930, o professor Masaharu Taniguchi lançou a revista "Seicho-No-Ie". Esta revista foi fruto de longos anos de grande esforço e pesquisas numa busca intensa da verdade.

As palavras impressas na revista transformaram completamente a vida de centenas de milhares de pessoas fazendo com que elas tomassem consciência de quão sublime é a sua vida e quão maravilhosa é a vida de todos os seres vivos.

A Seicho-No-Ie hoje ocupa um espaço muito grande em um incontável número de adeptos em todo o mundo.

Por isso, a proposta de um Dia Especial de comemoração, chamado Dia da Seicho-No-Ie. Esperamos contar com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 612/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Programa SOS - Racismo no Paraná, no âmbito do Estado do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 2º Considera-se racismo para efeitos desta Lei, toda a doutrina, ato ou ação fundamentada na superioridade de determinado grupo ou classe sobre outra, aplicada à pessoa humana, em razão de sua origem, raça, cor da pele, língua, religião, sexo, idade, deficiência física ou qualquer outra distinção que ofenda aos direitos humanos e de forma especial aos preceitos contidos no Título III,

da Constituição da República Federativa do Brasil, constituindo ainda, dentre outras, discriminação:

I - impedir ou dificultar o acesso de alguém devidamente habilitado a qualquer cargo, edifício, concessionária de serviço público ou repartição da administração direta, indireta, autárquica ou fundamental do Estado do Paraná;

II - negar ou dificultar emprego fundamentado em discriminação;

III - recusar ou impedir o acesso de alguém devidamente habilitado a qualquer estabelecimento comercial;

IV - negar-se a servir ou atender ou negar-se a ser servido ou atendido em estabelecimento comercial, bem como negar-se a receber cliente em razão de discriminação;

V - impedir o acesso ou circulação às entradas sociais, sejam públicas, privadas ou residenciais, bem como a elevadores ou escadas tidas como privativas, com o cunho de discriminação;

VI - impedir o acesso ou o uso de transporte públicos de qualquer natureza;

VII - utilizar-se de meios de comunicação para praticar, induzir ou incitar o preconceito em razão de discriminação.

Art. 3º O Programa SOS - Racismo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, terá como objetivos:

I - combater o Racismo, e toda e qualquer forma de discriminação e violência no Paraná;

II - desenvolver ações no sentido de conscientizar a população de todas as etnias de seus direitos de cidadão;

III - contribuir para o avanço da legislação anti-discriminatória no Paraná e no Brasil;

IV - denunciar a violência e a discriminação que sofrerem quaisquer das etnias no Brasil;

V - elaborar materiais didáticos com objetivo de distribuição nas escolas públicas e privadas, para combater a todo e qualquer tipo de discriminação;

VI - estabelecer convênios ou parcerias, com Universidades Públicas, Estaduais e Federais, bem como também com Instituições de ensino particulares, a fim de a consecução dos objetivos do Programa;

VII - estabelecer convênios ou parcerias com o Conselho Estadual de Psicologia, Ordem dos Advogados, seccional do Paraná e Secretarias de Estado e demais conselhos afins, para a consecução dos objetivos do Programa;

VIII - manter estreito relacionamento com o Ministério Público Estadual e Federal, a fim de que sejam encaminhadas todas as discriminações constatadas para que aquela instituição promova a responsabilização dos envolvidos;

IX - estabelecer convênios ou parcerias com outras instituições e programas congêneres.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição legislativa é resultado de um amplo debate ocorrido na data de hoje, 04 de outubro de 2005, no plenário desta Assembleia Legislativa, que em audiência pública reuniu diversas entidades ligadas ao tema discriminação e racismo no âmbito estadual, nacional e internacional.

A proposta é autorizar o Executivo a criar o Programa SOS - Racismo no Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na forma em que especifica.

Os motivos que justificam a presente propositura são amplamente explicitados no documento anexo, de autoria do IBAF - Instituto Brasil & África e IPAD - Instituto de Pesquisa da Afro Descendência.

Neste sentido, conclamo todos os nobres Pares desta Casa de Leis a proceder o devido apoio à proposição legislativa que ora apresentamos.

**PROJETO DE LEI Nº 613/2005**

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileiro/Polonesa no Brasil, com sede e foro no Município de Balsa Nova.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) CESAR SELEME

**JUSTIFICATIVA:**

A Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileiro/Polonesa no Brasil, com sede na Avenida Brasil, 22 - centro do Município de Balsa Nova, foi fundada em 27 de janeiro de 1990 com as seguintes finalidades:

representar em todas as oportunidades a comunidade oriunda da etnia polonesa no Brasil;

incentivar a permuta de conhecimento ou atividades culturais;

congregar as associações, clubes, sociedade ou outras organizações, legalmente constituídas cujo as origens procedam da comunidade brasileiro/polonesa;

incrementar e promover eventos artísticos - culturais, científicos e tudo mais que possa constituir documentários ou integração da cultura e tradições.

Tendo em vista as realizações em prol da cultura polonesa no Brasil, acho ser a mesma merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 614/2005**

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam os proprietários de cães ferozes de médio e grande porte obrigados a fazer uso de guias com enforcador e focinheira, apropriados para o animal, quando em trânsito com estes animais pelas vias públicas do território do Estado do Paraná.

Art. 2º É vedada à permanência de animais ferozes em logradouros públicos, onde haja concentrações de pessoas tais como praças, parques públicos, proximidades de hospitais, escolas, etc.

Parágrafo Único. Considera-se animal feroz, para os efeitos do que determina esta lei, todo animal que tem índole de fera e coloca em risco a integridade dos cidadãos.

Art. 3º É obrigatório, a partir dos seis meses de idade, a esterilização de todos os cães da raça pitbull, ou dela derivada, no Estado do Paraná.

Art. 4º É proibido, a partir da vigência da presente lei, a comercialização de cães da raça pitbull no território do Estado do Paraná.

Art. 5º A manutenção da propriedade atual de cães da raça pitbull fica condicionada a obtenção de licença específica da Polícia Militar, após verificação das condições da criação e da segurança para os cidadãos.

Parágrafo Único. Para obtenção da licença, os proprietários de cães da raça pitbull, ficam obrigados a efetuar seu cadastramento junto à Polícia Militar do Estado do Paraná, no prazo de cento e oitenta dias a contar da vigência da presente lei.

Art. 6º O não cumprimento da presente lei, acarretará o pagamento de multa cujo valor será determinado pelo Poder Executivo quando da regulamentação.

Art. 7º No caso de reincidência o animal poderá ser apreendido e encaminhado à Polícia Militar para adestramento e utilização em ações especiais.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias após a sua vigência.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Constantemente a imprensa traz notícias de ataques de cães a crianças e a idosos. São situações que poderiam ser evitadas se o trânsito com o animal em vias públicas fosse realizado com segurança.

Dependendo da raça do animal e das condições de criação, os danos provocados em caso de ataque chegam até a morte das vítimas.

É sabido que os animais não podem responder pelos danos causados, e muitas vezes o dono do animal não tem condições para tanto.

Cães de ataque de grande porte necessitam de alimentação regular, espaço e treinamento, sem o quê podem transformar-se em verdadeiras feras não respeitando o próprio dono.

É o que se verifica especialmente com os cães da raça pitbull. Uma vez iniciado o ataque, raramente os próprios donos conseguem contê-lo, causando danos irreversíveis.

Assim, seria conveniente reprimir a comercialização e o trânsito destes animais, posto que representam a presença de verdadeiras armas colocando em risco a segurança dos cidadãos.

**PROJETO DE LEI Nº 615/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Estado concederá estímulos especiais, nos termos desta lei, às pessoas físicas, com menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, com a capacidade civil plena, residentes em território paranaense, que doarem em vida, órgãos passíveis de serem transplantados, quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Saúde promoverá os registros e organizará cadastro, permanentemente atualizado, das doações a que se refere a presente lei, franqueando-o a todas as instituições e pessoas interessadas.

Art. 3º O doador deverá manter colado, em 01 (um) dos seus documentos, comprovante de doação - selo, que lhe será fornecido pela Secretaria da Saúde, através do Departamento de Saúde Pública.

Art. 4º O Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, outorgará, aos doadores, Certificado de Reconhecimento Público, divulgando, no Diário Oficial, a cada mês, a relação das doações formalizadas no período.

Art. 5º Os doadores terão prioridade de atendimento à saúde junto às unidades sanitárias, ambulatoriais ou hospitalares, integradas ao SUS (Sistema Unificado de Saúde), ou a outro sistema oficial que o venha a suceder.

Art. 6º Em igualdade de condições e a seu requerimento, os doadores terão prioridade assegurada em programas sociais promovidos pelo Estado, desde que beneficiem sua saúde.

Art. 7º Quando da morte do doador, caso seus órgãos sejam utilizados para transplante, o Estado, a requerimento da família, custeará despesas adicionais de hospitalização e serviços funerários, decorrentes da doação.

§ 1º Os benefícios previstos neste artigo, estendem-se às doações *post mortem*, decorrentes de decisão dos familiares responsáveis.

§ 2º Para efeito do cálculo dos valores de que trata este artigo, será utilizada a tabela do Instituto de Previdência do Estado.

Art. 8º A retirada e o transplante de tecidos e órgãos somente poderão ser realizados sob responsabilidade de equipe médica ou médico de capacidade técnica comprovada em instituições autorizadas.

§ 1º A remoção de órgãos e tecidos somente se dará após constatação da morte, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina.

§ 2º É vedado ao médico participar do processo de diagnóstico de morte ou de decisão de suspensão dos meios artificiais de prolongamento da vida do possível doador, quando pertencer à equipe de transplante.

Art. 9º Periodicamente, através de folhetos, cartazes, notícias na imprensa e outros meios, devem ser divulgados os fatores primordiais e indispensáveis à doação de órgãos a serem transplantados.

Art. 10. Periodicamente, a correspondência oficial, contracheques, conta de luz, extratos de conta e outros documentos oficiais devem conter frases incentivando a doação de órgãos - impressas, carimbadas ou mediante registro mecânico apropriado.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela, tem por objetivo conceder estímulos especiais às pessoas domiciliadas em território paranaense, para que doem em vida ou após a morte, seus órgãos passíveis de transplante.

Ainda está faltando, neste Estado, uma lei que fundamente o assunto de doações.

Ser doador é oferecer o que você tem de melhor: amor, pois a doação não muda em nada sua vida, mas pode salvar a vida de muitas pessoas.

É certo que desta vida nada se leva além da nobreza, carinho, humanidade e solidariedade, deixados aos seus familiares e concidadãos. Setenta e quatro por cento dos consultados pelo site: [www.viavida.org.br](http://www.viavida.org.br), votaram favoravelmente à doação de órgãos e tecidos.

O Estado do Rio Grande do Sul tem a Lei nº 8750/1998, que possui o mesmo objeto da presente proposição. Segue modelo do selo já utilizado no Rio Grande do Sul desde 1988.

O Brasil tem hoje, “uma média de doadores por habitantes que é a metade do que seria aceitável para um país com as nossas dimensões e as nossas necessidades”. Humberto Costa - Ministro da Saúde.

Existem hoje, 56 mil pessoas aguardando para receber tecidos e órgãos como pulmão, rim e coração, e também, 23 mil só para córneas.

A proposição em tela, vem colaborar com o programa do Governo Federal, que pretende, nos próximos quatro anos, atender mais de quarenta mil pessoas, cerca de 60% do total que espera por um transplante.

Legislação Federal sobre o assunto: nºs 9434/1997 e 10211/2001.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares à aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não gostaria de voltar a falar de segurança pública, mas infelizmente os fatos nos obrigam a tratar da questão da violência que volta a crescer em todo o Estado do Paraná.

O e-mail que eu recebo de uma comerciante é realmente desesperador. Diz aqui:

(Lê):

*Minha filha de 17 anos acaba de ser assaltada, saindo do Colégio Canadá, hoje, sábado, as 12h30, como sempre, juntamente com duas coleguinhas de classe.*

*Nesta semana, nesta mesma rua Raja Gabaglia próximo à Rua Humaitá, é o segundo assalto com arma.*

*Não tenho o dom de escrever como vocês, por isso preciso ajuda, pois hoje foi a minha, amanhã pode ser a sua ou o seu, ou qualquer um de nós.*

*Próximo à junção da rua Raja Gabaglia com a Alagoas, uma moto vermelha sem placa e com dois caras com capacetes, as garotas, três meninas de 17 anos, foram abordadas pelos rapazes, de forma até que acha-*

*ram que fosse brincadeira, até que uma delas ficou com uma arma apontada na cabeça.*

*Que reação podemos ter? Já se colocaram nesse lugar?*

*Acabo de receber em casa três garotas tremendo de medo, uma descalça, pois roubaram os tênis da que esteve com a arma apontada na cabeça, outra sem bolsa, pois levaram tudo dela, e a minha filha - da qual não conseguiram levar nada, - completamente atordoada com o acontecido.*

*Semana passada deram dois tiros na minha vizinha, três casas abaixo da minha. Felizmente nenhum pegou.*

*Nesse final de semana ladrões cortaram os fios do alarme da minha vizinha da frente. E assim vamos. Que mundo é este?*

*Pra falar com a polícia, temos que ouvir uma série de gravações antes de haver atendimento. Isso porque é urgente, não é mesmo?*

*Imagino que nenhum de nós ligaria à polícia para brincar...*

*Desculpem incomodá-los, mas é a imprensa que tem força hoje e mostra o que acontece. Penso que pode influir de alguma forma.*

*Nunca estamos tão ativos, mas quando é o nosso filho que recebe uma arma apontada na cabeça, a coisa pega.*

*Não estou fazendo por elas, pois o susto já passou, e o trauma da japonezinha que ficou sem sapatos com a arma na cabeça, sabe-se lá quando vai passar, pois na segunda-feira todas elas terão que fazer os mesmos caminhos de ida e volta, diariamente.*

*Nossos clientes, (meus), aliás, quase todos têm que colocar seus carros dentro da nossa garagem.*

*Incômodo para eles e para nós, mas quase todos foram roubados na frente da minha casa nos últimos meses.*

*Ninguém mais tem aparelho de CD ou qualquer coisa do gênero.*

*Alguém pode ajudar a reclamar?*

*Pensem nos seus filhos e netos... E que estejam avisados e atentos.*

*Obrigada,*

*Hylea Ferraz (1 hora após o assalto), dia 1 de outubro de 2005.*

Não é qualquer pessoa, uma senhora da sociedade londrinense, muito bem conceituada. E todos nós temos exemplos: esta semana uma empregada doméstica, na rua da minha casa, levou um tiro na mão quando foi abordada por marginais em pleno Parque Guanabara, em Londrina; há um mês foi o meu carro que também levaram o toca-CD.

Todos nós temos algum caso a contar, mas, infelizmente, não vemos a melhora na segurança pública, não vemos esses policiais que o Governo diz que liberou, que estariam a serviço da população. Infelizmente, parece que o Estado joga a toalha - percebeu o óbvio - que não

consegue mais garantir segurança à população e por isso está recorrendo aos municípios agora tentando municipalizar também a questão da segurança pública. Nós temos cerca de 21 mil policiais militares oficialmente, e mais de cinquenta mil seguranças, agentes de seguranças que foram contratados pela iniciativa privada, e o Governo tira, através de impostos, recursos preciosos para tomar conta da segurança pública, e temos que viver trancados dentro de casa sempre com essa síncope da insegurança tomando conta da mente das pessoas.

Agora, essa sugestão do Governo do Estado, que cada município tenha a sua guarda municipal para ajudar as Polícias Civil e Militar, esbarram aí na falta de efetivo, na falta de aparelhamento adequado, e carecem de uma política de segurança pública que realmente funcione. Agora, o problema é que, de imediato, essa proposta enfrenta dois problemas cruciais: primeiro a maioria dos municípios paranaenses não têm recursos sequer para suportar os atuais encargos.

Recentemente a Associação dos Municípios do Paraná denunciou a queda brusca do repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). E essa situação vai forçar várias prefeituras a reduzir a quantidade de serviços prestados à população. Várias estão fechando as portas. Será que vamos empurrar para o município essa atribuição? Em tese, até sou favorável à criação das guardas municipais, mas nos municípios que têm condições de arcar com mais essa responsabilidade! Enquanto isso, o índice de criminalidade chegando ao limite do suportável pelo cidadão. Não venham dizer que é uma tendência mundial, que é a falta de distribuição de renda, questão cultural ou qualquer outro fenômeno sociológico para desculpar a incompetência do governo para tratar da questão que lhe é atribuída!

Então, vamos renunciar, porque a Constituição assim o diz! As guardas municipais são praticamente inócuas no combate direto imediatamente à criminalidade. Ela funciona para preservar o patrimônio público, para, quem sabe, servir com uma ponte entre as Polícias Civil e Militar, mas não tem poder de polícia, não pode andar armado. Essa atribuição é do Governo do Estado, que abriu mão dessa atribuição e não sabemos o porquê.

Temos denunciado a falta de seriedade na condução da segurança pública do Estado do Paraná. Ao invés de um programa que traga resultados efetivos na redução da criminalidade, o atual secretário prefere a pirotecnia das operações “espanta/bandido”, como essa força-tarefa, que não deu nenhum efeito positivo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Com a palavra, a Deputada Elza Correia.

**Deputada Elza Correia (PMDB)**

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje foi feito uma audiência pública convocada pelo Presidente Hermas Brandão, onde foi apresentada uma proposta de projeto criando um programa SOS - Racismo no âmbito do Estado do Paraná, vinculada à Comissão de Direitos Humanos.

Achei importante, veio numa boa hora. É um projeto que coloca na sua justificativa dados muito precisos a respeito da questão do preconceito e da discriminação que a população negra sofre em nosso país. É uma demonstração clara, muito especialmente do seu presidente, em relação à questão de que não devemos tolerar o preconceito e a discriminação, embora isso não tenha valido para o projeto desta Deputada em relação ao preconceito e discriminação às pessoas em função da sua orientação sexual. Por puro preconceito e discriminação de alguns parlamentares.

Entendo que, com esse projeto, neste momento abre-se uma importante oportunidade - foi constituída uma comissão - para melhorar o projeto. E, considerando que o artigo 3º do projeto, no item 01 está muito claro quando fala dos direitos humanos ao combater o racismo e toda e qualquer forma de discriminação no Paraná.

Espero, sinceramente, que também não haja nenhuma dificuldade desta Casa em relação a esse item e, aqui, estariam contempladas todas as pessoas em relação aos seus direitos humanos, independente de credo, raça, etnia, questão econômica e muito especialmente à questão da orientação sexual.

Penso que o Deputado Hermas realmente traz, neste momento, uma grande oportunidade de o Estado do Paraná sair na frente em relação a essa questão. Tenho certeza que ele vai falar sobre o assunto. Acho importante que ele se manifeste para dar mais detalhes, mais dados em relação a esse extraordinário avanço, na minha avaliação, à questão de estarmos vivendo um momento de muita resistência, de muita intolerância, principalmente aqui na Capital, em relação a esses cartazes que foram colocados de uma forma que não dá para aceitar, absolutamente!

Estamos no século XXI, no terceiro milênio, no ano de 2005, mas algumas pessoas insistem em se comportar como se estivessemos na Idade Média e isso temos que deixar consignado na Casa, porque é um atraso de vida, e realmente, a intolerância não leva absolutamente a nada. De certa maneira, sinto-me contemplada nesse projeto, a partir do momento em que houve uma rejeição muito grande em relação à proposta do projeto anterior.

Queria colocar, rapidamente, sobre um tema que devemos voltar nele, mas fiquei perplexa ao ouvir, ontem, no Jornal Nacional, que houve uma medida provisória do Presidente da República garantindo autonomia ao Banco Central, como se o mesmo já não tivesse a sua autonomia garantida, em relação aos interesses da população, em relação aos interesses do País e, portanto, acho que primeiro cria-se foro privilegiado para o Presidente do Banco Central blindar o Meireles; agora, a autonomia para o Banco Central. Nós estamos aguardando qual será

a próxima medida que o Governo do Brasil tomará, medidas antipáticas, antipopulares, sendo que, neste momento, o Governo tem que se resgatar em relação a todos os acontecimentos políticos que estão acontecendo.

Essas medidas, na minha avaliação, só servem para reforçar o que temos colocado aqui, e foi bem colocado por alguns Deputados na sessão anterior: é preciso que fiquemos atentos, porque a primeira atitude do Governo Lula - estive lá com alguns companheiros de Londrina, inclusive da organização pés vermelhos e mãos limpas, com o assessor jurídico do Governo do PT, naquela ocasião que também faz parte desse movimento e tentamos, em Brasília - em vão mas fomos até lá manifestar a nossa contrariedade, naquele momento, bem lá atrás, a votação da lei de mordada, que acabou passando.

Portanto, são medidas que vão se somando a situações que acho profundamente antipáticas, antipovo e acho muito temerário e complicado esse tipo de comportamento do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, pela manhã, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa, tivemos uma reunião onde estavam convocados o Banco CCF Brasil e o Banco Fator, porque foram o dois Bancos que ganharam a licitação para avaliar o Banestado, e queremos, agora, uma informação desses Bancos e aí se inclui, também, agora, o HSBC, por ter adquirido o CCF Brasil, Banco credenciado para avaliar o Banco do Estado, embora não tendo, na oportunidade da licitação, documentos suficientes para participar de uma licitação pública, tendo em vista que faltava o CCF Brasil, o CNPJ.

Após a abertura dos envelopes, a comissão entendeu que era irrelevante; em 60 dias eles regularizaram a sua situação.

Notem bem, quem não tem credenciais para participar de uma concorrência pública não poderia ter avaliado o nosso Banco do Estado. Pois bem. O que quer a Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa? Quer o CD ou disquete mostrando de que maneira eles avaliaram os créditos tributários que o Banco do Estado teria, ou seja, qual o valor dos créditos tributários que o Estado do Paraná teria. Esses créditos foram avaliados em torno de sessenta milhões de reais. Tem-se notícia que o Banco Itaú se creditou em torno de um bilhão, seiscentos e alguma coisa.

Nós precisamos entregar ao Ministério Público Estadual ou Federal, informações dos moldes que esses bancos utilizaram para avaliar esses créditos tributários.

E, por que é que estamos querendo fazer esse tipo de trabalho? Para agilizar a possibilidade de o Governo do Estado reaver esses créditos tributários e também para dar à Justiça uma agilidade maior, para que ela possa ingressar com as ações cabíveis ao caso.

Bem, como não compareceram hoje à reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, nem o Banco Fator, nem o CCF nem o Banco do Brasil, a Comissão vai remeter um requerimento para que em 48 horas disponibilizem esse material à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa.

Não sendo assim, tendo em vista que o Juiz Federal da 2ª Vara Criminal Federal, Dr. Sergio Moro, determinou que a Comissão de Fiscalização e Controle tivesse acesso aos documentos oriundos da CPI do Banestado, entraríamos com um pedido ao mesmo juiz para que ele determine, tendo em vista que esta Comissão tem, da parte do juiz, a autorização para continuar a manusear os documentos que são oriundos, do interesse da venda do Banestado.

Então, Sras. e Srs. Deputados, estamos constatando mais uma vez que o HSBC, que o CCF Brasil e o Banco Fator, aqueles que avaliaram o patrimônio do Banestado, se omitem no momento em que precisamos da sua participação e querem dificultar o trabalho das autoridades do Paraná, para rever os créditos, que são de interesse e são públicos. São evidentemente de interesse da sociedade do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvimos o Presidente da República dizer que ele pretende ser candidato a reeleição, mas depende do povo. É evidente que sim!

Ele fez uma colocação, andou em um carro ano 1979 para matar a saudade do ABC. Deveria o trabalhador braçal de São Bernardo do Campo ter retornado no tempo, voltado nas asas imaginárias e de lá ter se lembrado quando ele veio de pau-de-arara do Nordeste, para São Paulo, para ingressar na fila dos desesperados, desempregados e humilhados deste país. Mas isso ele não faz, como também não abre mão dos privilégios que conquistou! Qual o trabalhador braçal deste país e qual o trabalhador que conseguiu galgar um posto tão importante como este que o Luiz Inácio Lula da Silva. S. Exa. o Presidente da República galgou?

Vejam bem, o povo do Brasil precisa saber que o filho do Presidente da República tem um contrato milionário, feito pela sua Empresa Game Corp com a Telemar e

que este contrato faz parte de um mensalão, para se derrubar no País a tarifa de assinatura básica de telefone! As empresas de telefonia alimentaram a máquina do Sr. Valério! Até brincam, por aí, que escolheram o Valério, porque ele sendo careca daquele jeito, nunca teria “rabo para ser pego”, mas pegaram! As empresas de telefonia arrecadam, por mês, no Brasil, dois bilhões e duzentos milhões de reais! O filho do Presidente da República é aquinhoado com um contrato milionário de cinco milhões de reais, Lulinha, em um agrado dado pela Telemar, para a Empresa Game Corp, da família Silva, mas que não é a família dos descamisados, Silvas do Nordeste, dos descamisados Silvas, que estão sem emprego na fila do INSS ou do SUS ou em qualquer Banco esperando receber o seu minguado salário. Este é o Silva que progrediu, que veio de pau-de-arara e já está na era do Boeing.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao traçar esse relatório, hoje, daquilo que vi o Presidente da República ontem falando, que vai avaliar na frente, junto com o povo e se for a vontade do povo, ele vai colocar o seu nome à disposição! A vontade do povo, hoje, é a cassação do mandato, a extinção plena do mandato daqueles que traíram o povo do Brasil! Temos uma base, uma vontade popular que sustentou o PT e uma cúpula que traiu, representada por um guerrilheiro, por um tesoureiro Delúbio. Realmente fica difícil de se acreditar em um Presidente da República, que escolhe para ser Presidente do Banco Central, o Deputado Federal mais votado do Estado de Goiás, pelo PSDB, o Deputado Meirelles.

Aí, antes de o Deputado Meirelles assumir o seu cargo como Deputado na Câmara e prestar o juramento constitucional, o Presidente da República o convida. Ele, o Deputado Federal mais votado da história de Goiás, renuncia à sua diplomação e à sua posse e assume como Presidente do Banco Central! Ex-funcionário do Banco de Boston, o homem do sistema bancário americano! E quando é que o Presidente Lula anuncia a escolha de Meirelles? Exatamente no dia em que ele foi dar o beijão ao Presidente dos Estados Unidos, o Georg W. Bush, o mesmo que invadiu o Iraque e o Afeganistão.

Então, se o Presidente do Banco Central renuncia ao seu mandato de Deputado, é porque tem um compromisso: “você pode renunciar, que a sua política será adotado *ipsis literis* e nós vamos nos incomodar com o Banco Central, porque está entregue na sua mão e, então, você pode renunciar, Meirelles”, deve ter dito, o Presidente Lula, ao ex-Deputado, que nem tomou posse, Meirelles.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Próximo orador inscrito: com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente. Com permissão do Deputado Veneri, gostaria de registrar a presença do saudoso Depu-

tado Fiori Luiz, que nos visita nesta tarde e engrandece o nosso Plenário, ele que foi um dos grandes tribunos que o Paraná teve.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Esta Mesa registra a presença do ilustre ex-Deputado Fiori Luiz, em nossa Casa.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

## **Deputado Tadeu Veneri (PT)**

O SR. TADEU VENERI

Srs. Deputados, ontem nós iniciamos um debate aqui nesta Casa a respeito do Presidente da Câmara Federal, dos seus atributos para ser ou não ser Presidente e a forma como chegou à Presidência da Câmara Federal. E hoje já estamos tendo, desde às 11h, uma reunião dos Líderes do Congresso Nacional, que discutem uma pauta e uma proposta negociada para fazer a reforma política.

A preocupação que o Deputado Rossoni trouxe a esta Casa, ontem, está sendo discutida neste momento e parece-me, Deputado Rossoni, que há condições, com todos os Líderes, de todos os Partidos da Situação e da Oposição, de se limpar a pauta, de se tirar ou votar as MPs que estão trancando a pauta - que se eu não estiver enganado, são quatro Medidas Provisórias - e projetos também e fazer com que a PEC 446 do Deputado Ney Lopes, do PFL do Rio Grande do Norte, possa inclusive ser votada porque essa PEC amplia para o dia 31 de dezembro o prazo para que as reformas possam ser feitas. Tenho uma preocupação que essa reforma não seja feita para 2010, mas que seja feita já para 2006. Não sei qual é a proposta de reforma que se tem lá, mas acho que é necessário registrar, porque algumas colocações que foram feitas ontem com relação ao Deputado Aldo Rebelo, parece-me não apenas preconceituosas, mas desprovidas de argumento, como ouço algumas vezes. Quando não se tem mais nenhum tipo de argumento, apela-se para qualquer coisa.

Então, só quis fazer questão de registrar que, pela preocupação que alguns têm, Deputado José Maria - que ontem também fez intervenção justamente neste sentido - todos esperamos que se houver essa reforma, a mesma preocupação expressa possa ser também colocada aqui, no sentido de nós contribuirmos para esse debate. Da mesma forma que está feito hoje, Deputado José Maria Ferreira, o debate a respeito da nova PEC, da 415, que institui o Fundeb, que está sendo, inclusive, transmitida pela Interlegis aqui para a Assembléia.

Nós também queremos participar do debate da reforma política e não queremos que ele seja apenas um debate entre os Deputados Federais e os Senadores, e que exclua os demais membros do processo político. Eu acredito que nós precisamos, às vezes, ter um mínimo de parcimônia em alguns argumentos utilizados. Eu saí daqui ontem com a impressão, talvez falha, de que todo o



debate feito, com exceção, Deputado Rossoni, mas todo o debate feito anteriormente se centrou basicamente nas condições que teria ou não o Deputado Aldo Rebelo de ser Presidente da Câmara Federal, o que, em absoluto, me parece ser o objetivo desse debate. Nós podemos até discordar se houve ou não interferência válida do Executivo. Podemos divergir quanto à forma; alguns colocaram que foi a vitória do mensalão. Eu em absoluto posso concordar com isso, porque parece que Deputado de outros Partidos também votaram e não apenas aqueles que estão na lista dos que estão para ser cassados ou não.

Além disso, outros Deputados, inclusive, aqui do Paraná, Líder do PMDB do Paraná, que está na lista, talvez se esse debate caminhar por esse lado, ele tenha que claramente dizer se existem ou não Deputados que fizeram ou não propostas, porque essa não pode ser uma discussão que caminhe apenas no interesse daqueles que queiram fazer o debate, senão, Deputado José Maria, nós vamos começar a buscar argumentos que me preocupam, como eu ouvi há pouco: que o Luiz Inácio Lula da Silva entrou em um carro,...

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

... em um FIAT, que foi comprado por um companheiro seu, que foi o seu FIAT, e ficou alguns minutos dentro desse carro. Se entra, é demagogo. Se não entra, é arrogante. Se recebe o Georg Bush no Brasil, está fazendo como o Fernando Henrique que se dobrou desde o primeiro até o último dia àquilo que determinava Washington, inclusive com as privatizações feitas em largas escalas e que, na verdade, depredaram todo o nosso patrimônio público e estamos vendo as consequências, hoje. Se chama o Chavez e faz aqui a cúpula latino-americana, está indo à esquerda e colocando em risco a estabilidade do País. Se intervém no debate dentro do Congresso, intervém de forma indevida. Se não intervém, é porque é omissão!

Então, Sras. e Srs. Deputados, eu acredito que todo o debate é válido, toda a proposta é válida. Agora, não tenhamos ilusões! O que está sendo disputado não é apenas a Presidência da República do ano que vem, o que está sendo disputado desde o primeiro dia que o Lula iniciou o seu mandato é um projeto de nação contraposto a outro, o que é legítimo. O Projeto que o Fernando Henrique trouxe para o Brasil nos seus oito anos, qual foi?

Vamos contrapor os oito anos, Deputado Dobrandino, de Fernando Henrique Cardoso, e os dois anos e oito meses da administração Lula, com todos os seus acertos e com todos os seus erros, assim como podemos contrapor os oito anos de Lerner, e os dois anos e meio do Requião, com todo os seus acertos e com todos os seus erros, mas com números claros. Vamos ver quantos o Governo Fernando Henrique trouxe; recebeu o País em uma situação difícil; também entregou-o em uma situação difícil. Recebeu com um nível de inflação e entregou

em 17%, mas hoje, em que pese eu pessoalmente ter críticas inclusive à condução da política econômica e já fiz isso publicamente, e o Presidente do meu partido, reeleito, foi em todos os debates; foi um dos temas de um debate.

Hoje, nós entendemos que o País está em uma situação melhor do que estava há quatro anos atrás. O que me surpreende é que todas as ações, Deputado Dobrandino, todas elas serão criticadas, todas! Não haverá, em nenhum momento, nenhum tipo de ação que seja reconhecida como válida!

Recentemente fizemos um debate sobre o FUNDEB, que tem um problema grave, que nós estamos buscando, todos nós, corrigir, e todos os Deputados Federais do Paraná e Senadores poderão contribuir, que é incluir no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico o financiamento de zero a três anos que hoje não está incluído. Embora a CCJ tenha a admissibilidade da PEC 415 com uma supressão inclusive mas hoje não está incluído. Agora a FUNDEB, sem dúvida nenhuma, traz mais recursos do que nós temos hoje.

O que me preocupa, é que está hoje claro e, pode fazer chover, Deputado André Vargas, pode fazer o que quiser que não haverá nenhum dia, absolutamente nenhum dia, sem uma crítica, seja ela qual for! Se ela não for nova, será requeitada, como eu vi há pouco, inclusive com todo respeito, o Deputado que me antecedeu falando do contrato feito e dizendo que a população quer Lula cassado. Ora, eu acredito que a população é soberana! Se ela quer Lula cassado, vai às ruas e faz esse processo! Agora se os setores da direita que querem isso, não conseguem articular a população, lamentamos, mas não vamos fazer o que lhes cabe fazer!

Deputado Rossoni, lhe darei o aparte na sequência. Agora, concedo ao Deputado José Maria.

### **O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Deputado Veneri, agradeço o aparte e devo dizer, nunca neguei o meu respeito por muitos militantes do PT. Agora, nós temos que separar as coisas, e continuo a respeitar, tem muita gente séria, muita gente correta, muita gente idealista, muita gente firme nos seus propósitos. O que não podemos admitir é que às vésperas de uma eleição nós estamos vindo de um processo de mãos sujas dentro da política! Nós estamos vendo 830 milhões de reais liberados para parlamentares e mais 500 milhões! Não tem como explicar isso! Isso é batom na cueca, não tem jeito! Não há ideologia petista, não há sinceridade, não há passado de Aldo Rebelo, não existe nada para defender essa questão!

É isso que eu contesto e o Aldo Rebelo poderia ser um excelente candidato, um excelente Presidente noutra situação, não essa que ele vive hoje, uma situação difícil!

### **O SR. TADEU VENERI (PT)**

Só uma ponderação, Deputado José Maria, o senhor sabe e foi dito ontem que aqui não se liberam

emendas: “Aqui não se liberam emendas porque o Governador não libera emendas.” O senhor lembra como é que foi a votação do transgênico quando o Líder do Governo - Deputado Natálio Stica junto com outros Deputados estiveram lá e pediram liberação de emendas? O senhor sabe que as ambulâncias saem, as quadras cobertas saem! Então, que dois pesos e duas medidas são essas? Não podem falar que lá libera verba, se aqui libera ambulância, se aqui libera quadra coberta? Eu acho que nós temos que ter coerência, Deputado José Maria e respeito! Mas, o que eu ouvi ontem aceito de qualquer um, menos daqueles que se beneficiam pelo mesmo processo, porque uma ambulância, uma quadra coberta, seja o que for, também acho que não é o problema, mas se for esse critério, por favor, vamos ter coerência!

Deputado Rossoni, peço desculpas, mas meu tempo acabou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca de Macedo.

## ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu quero falar hoje que o futuro chama-se bioenergia, que o futuro chama-se biodiesel e quero falar diante da argumentação que me entregam os mais competentes técnicos do País, que eu tenho procurado trazer em contato com a Copel, para que o Paraná tenha um programa imediato de produção de biodiesel.

(Lê):

“A engenharia brasileira, e no mundo todo, está diante do problema da modificação das fontes de energia.

Este é o século da escassez do petróleo, do urânio e do gás natural. Nossos filhos verão o fim do petróleo, nossos netos verão o fim do gás natural.

O petróleo acaba em 2040. O gás natural, em 2060. O urânio termina em 2070, mantidos os níveis atuais de consumo e de descoberta de novas reservas.

Um estudo estratégico do governo japonês, pelo seu departamento de energia NEDO, analisou as perspectivas deste século, no qual fica claro que o poder das nações, sobre as outras, varia na proporção em que detém o controle das melhores fontes de energia.

Hoje em dia, o Japão importa 79,8% da energia que consome e 99,8% do petróleo.

O Japão perdeu a guerra, virou potência ocupada; por isto paga as despesas norte-americanas no Oriente Médio. 85,5% do petróleo do mundo, vem do Oriente Médio.

Os EUA sabem que o importante não é ter reservas de petróleo, é ter o domínio sobre as reservas de petróleo.

Com o poder de controle da oferta do petróleo, os EUA têm definido quem pode crescer, quem não pode

crescer. China, Índia nações emergentes terão seus futuros crescimentos sujeitos às disponibilidades energéticas internacionais. As reservas de petróleo livres caminham para a escassez. Mesmo as das plataformas submarinas, que o Governo Lula vergonhosamente leiloou, em agosto de 2004. O petróleo no Brasil é de alta densidade. Seria preciso, e patriótico, ampliar e adaptar todas as refinarias brasileiras para petróleo pesado parte de tarefa já realizada.

Nós importamos, ainda, quantidades significativas de petróleo leve para preparar os blends de refino (petróleo estrangeiro) e exportamos petróleo brasileiro que é pesado. É falsa a idéia vendida da auto-suficiência. Basta ler nosso balanço anual de Importações emitido pelo MF para verificar que o primeiro item é petróleo e outro também importante é o diesel. Não somos auto-suficientes e nunca seremos em petróleo.

Engenheiros experientes alertam: fazer refinarias de petróleo agora é perigoso. Não dará tempo para pagá-las. É uma temeridade estratégica construir uma refinaria de petróleo hoje. Mesmo assim, devemos ampliar as existentes, fazendo os up grades necessários. Estratégico seria começar a planejar e construir bio refinarias.

A energia dita a posição das nações no mundo. A Inglaterra do século IX mandava potência de primeira linha, senhora das linhas de carvão, de transporte e controle do comércio. O carvão em inglês é “coal”. Era a Coal Civilization.

No século XX, os Estados Unidos assumiram o controle da produção de óleo e comercialização de petróleo, após o fim da 2ª Guerra Mundial, como parte do seu butim. Tornaram-se uma potência de primeira linha. No século XXI, os Estados Unidos, ainda continuarão na liderança do Planeta Terra, controlando a produção de biomassas, sinônimo de bioenergias.

Sr. Presidente, estou inscrito para o Grande Expediente.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Vou regular o tempo para V. Exa., mas pedir vênica para registrar, a pedido do Deputado Luiz Nishimori, a presença do Presidente da Ocepar, Sr. João Paulo Bosloski.

Com a palavra, Deputado Rafael Greca.

## ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Os Estados Unidos já estão colocando em prática os seus objetivos estratégicos, porque logo tirarão o aparente atraso com o seu programa de produção de biomassa.

Os norte-americanos querem produzir um bilhão de toneladas, ao ano.

Quem tiver biocombustíveis, terá futuro. O biodiesel será um deles, no Brasil, junto com outras fontes renováveis.

Ontem ouvimos aqui, o Deputado Barbosa Neto repetir o pensamento do professor Baltista Vidal, que conta que num colóquio, na Inglaterra falou que o Brasil energeticamente auto-sustentável com o seu pró-álcool de sucesso poderia ser uma nova Arábia Saudita. Na hora que disseram isso um doutor inglês acrescentou: “forever, Arábia Saudita verde para sempre, o Brasil pode ser!”

Baltista Vidal vê futuro para o Brasil, com o fim da era dos combustíveis fósseis. A extensão continental, os trópicos cheios de sol, faz o Brasil um produtor não só de álcool, mas de biocombustíveis. Baltista Vidal quer biodiesel de mamona, de soja e de girassol.

A dizer que o Brasil será o salvador do mundo, o engenheiro Baltista Vidal, ainda não conhece o biodiesel paranaense, de bagaço e palha, de cana-de-açúcar. Idéia que prospera na Raudi, a fábrica de São Carlos do Ivaí e, não conhece também a idéia da produção de biodiesel a partir da reciclagem do óleo de cozinha, usado. Objeto da proposta da empresa MSG Consultoria, dentro de um programa de energia verde, apresentado à Comec e à Copel.

Sugestão deste Deputado: a única fonte permanente de energia para a terra é o sol. Quando todas as outras fontes perecerem, permanecerá o brilho do sol. Isso torna o nosso país, a mais escolhida das nações da Terra, pela possibilidade da geração da bioenergia. A luz do sol permite a síntese do carbono e do hidrogênio, formas de energias renováveis e auto-sustentáveis. O carbono é o próprio ciclo da vida, como aprendemos nas aulas elementares de química orgânica.

Nos anos felizes em que fui Prefeito de Curitiba, entre 1993 e 1996 foi só instalarmos a primeira linha de álcool na nossa cidade, aquele ônibus da linha turismo, que era verde. E o nosso exemplo passou a ser copiado pelo mundo desenvolvido.

Existem, hoje, no grande município Sueco, de Estocolmo, trezentos ônibus movidos à álcool. Faz parte do grande plano estratégico europeu de combustíveis alternativos, o Plano Altener.

Mostramos um caminho que não foi seguido pelo nosso sucessor. Só serviu para dar embasamento a outras nações. Um exemplo foi a visita que eu recebi do Senador Timothy Wirth, pelo Partido Democrata, depois do Presidente Clinton e do Presidente Al Gore, a pessoa mais importante da hierarquia de decisões do Departamento de Estado Norte Americano.

Wirth veio a Curitiba e ao Paraná ver as usinas de álcool, andar no meu ônibus à álcool, de olho na criação de um projeto nacional de produção de biomassa para os Estados Unidos, uma espécie de pró-álcool dos norte-americanos.

Curitiba lhe despertou a curiosidade. A nossa idéia me valeu convites de Wirth para falar em Harvard, em Boston, Nova Iorque, e até a magnífica Universidade da

Virgínia, no campus que era propriedade antiga de Thomas Jefferson, conhecida como Montecello.

Fui também recebido em colóquio estratégico no Departamento de Estado em Washington. Engana quem pensa que a mais poderosa das nações da Terra, que acaba de trocar sangue por petróleo e por gás, seja no Afeganistão, seja no Iraque, não soltará um plano de biomassa! Ainda neste trimestre, os Estados Unidos soltarão o seu plano de biomassa mais ambicioso que o Protocolo de Kyoto. Bush, pressionado pela queda de popularidade após os furacões que destruíram as refinarias do Texas e da Louisiana, tem que dar uma resposta ecológica.

Há estudos no Canadá que denunciam o diesel quando da sua queima pela sua liberação de carbono e fuligens e liberação de grande gama de componentes orgânicos e inorgânicos gera graves problemas para a saúde humana, entre os quais a asma, o câncer pulmonar. Com a devastação dos furacões, as guerras do oriente, o preço do barril de petróleo chegando aos setenta dólares, situação que só tende a se agravar. Tudo leva a crer que o petróleo no mundo acaba antes de acabar.

Até 2030 os Estados Unidos pretendem substituir 30% da sua matriz energética por biomassa. Querem atingir a meta de um bilhão de toneladas de biocombustível por ano.

Hoje já produzem onze milhões de toneladas de álcool e milho. E o pessoal da área sucro-alcooleira, para ter uma idéia de comparação, o Brasil, pobrezinho, com todos os seus quatrocentos engenhos, produz apenas quatorze milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Os norte-americanos já deram partida para os seus ambiciosos programas e estão fazendo biodiesel até de algas marinhas!

O futuro chama-se biocombustíveis. O futuro é biomassa, as universidades canadenses e norte-americanas estão mudando as engenharias e aumentando as cadeias e especializações para fazer uso de biomassas, biolubrificantes, bioplásticos, bioadesivos, biofitas, biomulsionantes e biodíseis. A oleoquímica tem mais virtudes do que a petroquímica.

O uso da biomassa é um exemplo na realidade simples de cada dia. A lingerie das senhoras é de biofio, de óleos vegetais. As hastes dos meus óculos também são de nylon 11, óleo vegetal que substitui o aço e porque isso aqui é feito de óleo de mamona. A tinta do avião a jato e das naves espaciais é à base de óleos vegetais, não é de aditivos de petróleo; é biotinta. Os biocombustíveis são o início de um processo de modificação energética no segmento dos transportes; usam os mesmos motores que os alimentados à gasolina, a óleo diesel e álcool, se a mistura for de até 2%, é o blend, 2% ou B2. Depois bem o blend 5%, e para o B20 já são necessárias modificações nos motores. Com o uso de 100% de biodiesel, B100, a Alemanha já tem dois e meio milhões de veículos; os Estados Unidos têm 2,9 milhões de veículos utilizando blends de biodiesel. Em 1995, no Salão do Automóvel de Frankfurt, o Presidente da Volkswagen disse, na minha presença, que o futuro dos motores de seus carros à diesel

iria também ter suas garantias estendidas para o biodiesel.

O mundo tem seis bilhões de pessoas, mas [e da União Européia, com 340 milhões de consumidores ricos, que vem a maior força para os biocombustíveis, para o controle da demanda do petróleo. A União Européia vende a idéia para todos, inclusive a lei da Europa diz que até 2010 a adoção de combustíveis renováveis deve ser em 20% do seu consumo. A ONU já acolheu a idéia no seu programa Clean Development Mechanism, Programa de Desenvolvimento Limpo. Os técnicos alertam, o biodiesel previsto na norma técnica da Europa, EN 14.214, é um metil-éster; o biodiesel na norma técnica dos Estados Unidos é metil-éster-etil-éster; e o biodiesel do Brasil é uma mistura das duas. Uma norma híbrida a do nosso biodiesel, o que é péssimo para o nosso País.

Isso aconteceu com os vídeos. Conseguimos adotar um sistema de reprodução de vídeos singular, diferente de todos os outros países do mundo. O Mundo adotou a norma européia para o biodiesel. O Brasil, que é contado entre as melhores Nações da Terra para desenvolver o programa, adora uma norma híbrida. Algo há, há sabotagem escondida nisso. A especificação brasileira está errada; transportar biodiesel atual no Brasil, com um teor residual de 0,5% de metanol, é como transportar coquetéis molotov: dá explosão!

Mas, não é só isso, o governo brasileiro, no seu programa de produção de biodiesel, adotou duas soluções que não atendem aos objetivos propostos: propuseram biodiesel de mamona e de óleo de palma. A mamona, planta de baixa produtividade, não atende às normas européias, e é uma homenagem ao conjunto de rock; a mamona é assassina, a mamona cria um passivo de saúde, seu aproveitamento gera ricina e ricinina, e existe a séria questão de alérgenos capazes de levar à morte. Quem tem contato com o alérgeno de mamona, fica alérgico para sempre. Em inglês, biodiesel de mamona chama-se castor oil. A literatura norte-americana já diz que o pólen do castor oil dá problemas pulmonares. Nos Estados Unidos o professor Tyson da NREL disse em um de seus relatórios que o castor oil polimeriza a baixas temperaturas. Importante: o professor é consultor do governo americano na área de biocombustíveis. Então, a mamona faz mal para os humanos e faz mal para os motores.

O programa brasileiro ainda prevê a plantação de dendê no Brasil equatorial para a produção de biodiesel de palma, o chamado "palm oil".

Hoje, o Brasil importa óleo de palma da Malásia para demanda interna de ácidos graxos, usados na indústria da alimentação.

Fazer biodiesel de mamona e óleo de palma é fazer a opção pelo pior. Mesmo assim, estamos avançando.

Lula, pela Medida provisória 214, de 14 de setembro de 2004, criou a Agência Nacional de Petróleo e Biodiesel. Pelo menos já mudou o nome da Agência Nacional de Petróleo. Mudança já é um progresso.

Custa caro ser pobre, mas a pobreza pior é a pobreza das idéias. Devemos temer pela engenharia do futuro do Brasil. Imersos num projetos de apenas pagar uma dívida externa que só faz crescer. De fazer a lição de casa, como diz o Meireles: "estamos nos esquecendo de nós mesmos enquanto Nação, enquanto projeto coletivo de Nação."

É preciso desconfiar quando os norte-americanos elogiam o Brasil. Quando elogiam é sinal que estamos cada dia mais servis.

Uma análise dos mercados para biodiesel mostram a União Européia com 80% do mercado produtor mundial. A Itália já fez um programa para botar biodiesel nos aquecimentos domiciliares e públicos. Isso foi um sucesso de economia. Mas a Itália é pequena e a Europa é urbanizada. Quem tem 240 milhões de hectares de terras agricultáveis é o Brasil, que hoje só ocupa setenta milhões dessas terras.

O Brasil é a fronteira agrícola do mundo. mas até isso está controlado. É tudo controlado! O Banco Mundial acaba de cortar o crédito dos produtores de cana do Brasil. Precisamos reagir! Construir a energia do futuro! Não podemos abjurar a esperança!

Vamos fazer biodiesel do bagaço e palha de cana-de-açúcar no Paraná! Vamos fazer biodiesel de óleo de cozinha, como a MSG propôs à Copel.

A proposta da Raudi Copicana, de São Carlos do Ivaí, de fazer biodiesel doce a partir de bagaço de cana pelo método do IPT-Fischer Tropps, deverá levar em conta os custos e os balanços de massa e energia.

O volume de matéria-prima disponível nos sinaliza como uma solução que geraria milhares de empregos e seria multiplicada pelas 31 usinas do Paraná, pelas quatrocentas e poucas usinas do Brasil.

A proposta de fazer biodiesel de óleo de cozinha limparia esgoto e rios, preveniria enchentes, reciclaria detritos. Deve interessar à Sanepar, pois consideram que é preciso um milhão de litros de água para decompor um único litro de óleo usado de cozinha, saído da panela do Madalosso. Esse óleo torna o leito dos rios impermeável, sem falar na proliferação de doenças, formigas, ratos e baratas que, nos esgotos, comem óleo velho e proliferam. Vi embaixo do Bar Triângulo, quando fiz a galeria, os milhares de ratos comendo gordura velha.

Por isso, o projeto de lei que está na CCJ. Apelo aos Srs. Deputados, tenham grandeza com o Paraná! Tenham grandeza com o Brasil! Assinem comigo o projeto! Não o invejem! Porque "de inveja se fica estrábico", já dizia Thekov.

Enxerguem o futuro e me ajudem, porque ainda podemos fazer biodiesel de pinhão manso! O que é pinhão manso? "*Jatropha curca*" na Índia e na China, purgante de cavalo no interior do Paraná.

O professor Kumar, prêmio Nobel da Índia, perguntado a ele onde arranhou a "*jatropha curca*" para fazer o biodiesel da Índia deu risada, ao telefone, e disse: "Arranhei no Brasil, no interior do Ceará."

Pinhão manso é recuperador de áreas degradadas e solos desertificados. A torta de pinhão manso resolve as necessidades agrícolas de falta de fósforo no solo. Hoje, o Brasil importa os adubos de fósforo. O pinhão manso, por ser uma planta nativa, poderia ser incorporado, Sr. Presidente da Ocepar, Sr. Presidente da Faep, na reserva legal prevista no código florestal para as fazendas. Os príncipes de Orleans e Bragança, Dom Pedro e Dom Fernando disseram ter sido a cidade do Rio de Janeiro iluminada com óleo de pinhão manso ao tempo de seu benemérito bisavô e Imperador Pedro II. Moradores na infância, de uma fazenda em Jundaí do Sul, no norte pioneiro do Paraná, os príncipes se lembram de óleo de pinhão manso movendo tratores no interior do Estado.

O povo chama a planta purgante de cavalo. Todavia ser um purgante para expurgar a incompetência estratégica do Brasil moderno! Purgante contra a incompetência, o que não se faz não existe! Precisamos fazer o futuro, ao invés da Petrobras por que não uma Biobrás?

O nosso jovem sucessor, o Prefeito Richa propôs abaixar a tarifa de ônibus, o povo, na Gazeta do Povo, já declarava, segunda-feira passada, que estão vendo que tirar carro de linha não resolve. Destruir o melhor sistema de transporte do Brasil faz mal à biografia do nosso jovem Prefeito. O importante seria arranjar um combustível. Por que não uma usina de biodiesel feito de óleo de cozinha usado? Só as panelas do Madalosso e as outras do Bar Triângulo já davam para mexer, pelo menos, os ônibus de quatro municípios.

A perspectiva conservadora e preliminar define que tendo a Região Metropolitana de Curitiba uma população de 2,4 milhões de pessoas, a produção de óleo usado de cozinha de 1,8 litros por habitantes, por ano, equivale a 4,2 milhões de litros de óleo, o que pode gerar quatro milhões de litros de combustível reciclado. A conta é para B2, Bland2 e Biodiesel misturado ao diesel convencional.

Para o biodiesel doce, a conta é outra: ao considerar que seis quilos de bagaço de cana geram um quilo de combustível doce, 1,25 litros de combustível, que é um quilo, tem-se que o Norte e o Nordeste do Paraná, com cerca de 31 usinas de açúcar, podem gerar, por ano, dois bilhões e duzentos milhões de litros de biodiesel. Hoje, nós queimamos isso ou jogamos em cima de arenito Caiuá para melhorar o solo e, ainda, podemos gerar quatrocentos empregos por usina, criando uma cadeia regional de doze mil e quatrocentos empregos, como calculam os Audi, Ricardo Audi, pai e Ricardo Audi, filho, que também são donos da fábrica de tinner estabelecida em São Paulo.

Do óleo de cozinha usado, de bagaço e de palha de cana-de-açúcar ou de pinhão manso, o nosso futuro se chama biodiesel, biocombustível, biomassa.

Eu procuro, nesta Assembléia, no Governador Requião e nos brasileiros que queiram purgar a competência estratégica do país biopolíticos.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Permite uma aparte Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Rafael Greca, em primeiro lugar quero parabenizá-lo por trazer um assunto dessa importância para o Plenário desta Casa. Fico muito satisfeito, fico muito contente com o seu pronunciamento. Quero dizer que estou com V. Exa. Sou daqueles adeptos do velho ditado do mestre chinês que diz ao seu discípulo: "Não alimente a inveja. A inveja só traz o ódio para o coração".

Pode acreditar, estarei assinando o projeto junto com V. Exa.

Acho que o governo brasileiro deu um salto à frente nesses últimos anos quando trouxe à polêmica a questão da mudança do perfil energético no nosso país. Apostou e está incentivando novamente o estímulo do álcool na produção automobilística. Novas tecnologias as empresas automobilísticas desenvolveram em nosso País, convertendo num mesmo carro, conversão até automática, o uso de álcool e o uso para gasolina e agora além disso, o modelo com três tipos, com também a possibilidade do uso de gás.

Essa tecnologia está sendo exportada para outros países do mundo.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

É uma exigência da norma européia.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Só que na Europa não usam álcool! A Europa não tem...

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Até 2020 a Europa tem que ter energias corretas.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Ótimo.

Para nós vai ser muito bom, porque se o Japão utilizar em 20% da sua frota nacional, como nós utilizamos aqui em cada tanque de gasolina 20% de álcool, se o Japão fizer com 5% de álcool, que ele vai ter que importar, isso significa geração de renda, geração de emprego, desenvolvimento para os países da América do Sul, da América Central e da África, onde está sendo estimulado o plantio e a construção de usinas, tanto de açúcar quanto de álcool.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Vanhoni veja o número, doze mil empregos no Paraná, com trinta usinas.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Só quero lhe dizer que agora, recentemente, o Brasil ganhou uma pendência na Organização Mundial do Comércio que estava tramitando há quatro anos, porque os países europeus e os Estados Unidos davam subsídios vultuosos para o plantio e para a fabricação do açúcar.

Então, os países em desenvolvimento como o nosso, que tiram o álcool, que é um biocombustível e que pode tirar também o bagaço da cana, como V. Exa. muito bem acentuou, e da palha, estão prejudicados.

Então, V. Exa. receba o meu aplauso. Vai ter o apoio dos 54 Deputados desta Assembléia. Este é um bom projeto e acho que é este o caminho que o Brasil deve perseguir.

Só tenho uma dúvida porque V. Exa. trouxe um questionamento quanto à mamona. Sei que o Governo Federal está estimulando.

É equívoco?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

É equívoco. A mamona e o óleo de palma, no meu ponto de vista, são uma alternativa equivocada.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Por isso que tenho esta dúvida. A informação que eu tinha é de que o Governo Federal estaria estimulando o plantio de mamona para que usinas fossem construídas, sobretudo no Nordeste do nosso País e com o regime mais ou menos como faz a Perdigão aqui, adequando um projeto-piloto de reforma agrária. Isto é, os camponeses plantariam a mamona, e o complexo industrial teria a compra de mamona já garantida por cinco, por dez anos, para poder produzir o biocombustível.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Como dizem os engenheiros que me ajudaram a fazer esse projeto, engenheiros informadíssimos, dizem o seguinte: que a mamona polimeriza os motores. E também a mamona seria alérgica à pele humana. Se você faz um teste de alergia de mamona você fica alérgico para sempre. Então, talvez os meninos do conjunto de rock tenham acertado: "mamonas assassinas".

Nós precisamos fechar a questão em torno do bagaço e da palha de cana-de-açúcar, do pinhão manso que é uma erva, purgante de cavalo, comum nas fazendas e erva nativa, pode ser reserva legal das grandes fazendas. E talvez até resolver essa polêmica das reservas legais que tanto afligem os fazendeiros e os mesmo tempo, no meu ponto de vista aqui na grande Curitiba fechar a questão em torno do biodiesel feito de gordura velha, até para limpar o nosso pobre Rio Ivo, da panela de gordura do bar do Cachorro Quente, que hoje só faz alimentar milhões de ratos.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB***

Vou requerer o Horário da Liderança do PMDB.

Vou conceder o tempo que eu tinha combinado à Presidência do Movimento Negro, após o horário da liderança do PMDB, se me for permitido, e assim posso dar o aparte aos Deputados.

Concedo um aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Companheiro Greca, eu queria cumprimentá-lo pela sua fala e pela importância do tema que o senhor traz para discussão nesta Casa. Acho que o senhor levantou questões muito importantes e elucidatórias, fundamentais, inclusive, elucidando algumas dificuldades que eu tinha.

O companheiro Vanhoni colocou a questão da mamona. Eu também tinha essa impressão e falei várias vezes que a mamona era fundamental e até estava entendendo que o governo federal tinha feito uma coisa assertiva, ao estimular o plantio de mamona e agora, o senhor traz essa informação contrariando isso, e isso é bom para nos informarmos e rever as posições.

Esse tema vem em boa hora. Existem vários grupos de técnicos e de pessoas ligadas a esta área, que há décadas estão tentando introduzir no Brasil essa discussão e sendo impedidos e inviabilizados pelos grandes grupos econômicos, pela própria Petrobrás.

O seu projeto é bastante oportuno. Eu gostaria de ser signatária com V. Exa. a esse projeto. Acho que recuperaremos e o Paraná sai na frente em relação a esse tema fundamental e substancial, para uma sobrevivência melhor de nós todos e uma preservação do meio ambiente tão cantada e decantada no nosso País.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Na terça-feira, Srs. Deputados, Sra. Deputada Elza, na Refinaria de Manguinhos, o pessoal da Raudi, do Tecpar e da Copel vai ver o teste final de liberação de gás, a partir do metanol feito da queima de bagaço e palha de cana-de-açúcar. Logo, nós poderemos criar a Empresa Paranaense de Biocombustível.

Quero pedir à Assembléia que me apoie nesta idéia e que tome como uma idéia sua. O Paraná é uma fronteira agrícola e não pode perder essa chance estratégica. O Paraná por um único ônibus a álcool quando fui prefeito, trouxe o Senador Timothy ao Brasil, para investigar o nosso programa de álcool, voltado para o transporte coletivo.

Não podemos ser estúpidos a ponto de não perceber o futuro. Não podemos ficar estrábicos de inveja, por exemplo, dos norte-americanos, quando eles é que estão nos invejando. Mas eles, ao nos invejar, fazem seu programa de biodiesel de algas, de milho e de outras coisas! Não sei se não sabotam o nosso programa de biodiesel, mandando-nos ir atrás de mamona e de óleo de palma, porque é exatamente o que não temos e ainda precisamos plantar, para depois ficarmos atrasados. É preciso pensar o Brasil, com a grandeza que se pensava, por exemplo, do Jucelino ou no tempo do Pedro II. O Presidente não pode ser uma sombra triste, que fala com as sombras dos seus antecessores. O Presidente tem que ser um radioso guia capaz de escolher o melhor para o País.

Concedo um aparte ao Deputado Kielse.

**O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)**

Deputado Rafael Greca, eu queria não só parabenizá-lo pela ênfase do Projeto Biodiesel Paraná, mas dizer que estamos há um ano estudando, com os Prefeitos, com a Associação dos Municípios do Paraná, fazendo cálculos, buscando metas, buscando o que já existe no mercado, tanto nacional, quanto internacional. Buscando um entendimento com a Alemanha, que hoje é o país que tem o projeto mais avançado, sabendo que não só esses combustíveis que são não só renováveis, são, sem sombra de dúvida, salvação para que tenhamos uma manutenção permanente, para não entrarmos na guerra do petróleo, como outras nações estão entrando.

E fizemos não só uma ênfase muito grande algumas semanas atrás, reunindo prefeito, mostrando que há necessidade do entendimento com o Governo Federal, com o Governo do Estado, um incentivodireto na questão do ICM, para que possamos montar consórcios para pequenas usinas de biodiesel. Esses consórcios seriam baseados no entendimento pleno não só da exploração da soja, da palma e de todas as outras possibilidades desse combustível renovável, mas buscando a melhor tecnologia. O estudo profundo que está sendo feito do choque do petróleo que vamos ter daqui a dez anos é muito perigoso. E eu, que sou incentivador da combustíveis renováveis, montei o primeiro programa direto aqui na Assembléia do Pró-álcool, em 2000. Fizemos um movimento com as grandes montadoras, com todas as que montavam veículos, inclusive com a Renault e com a Audi, buscando entendimento para que o álcool fosse o combustível com o maior incentivo.

Hoje nós visualizamos também o biodiesel como uma salvação para o Brasil, uma salvação para os consumidores de petróleo e tantas outras empresas que hoje sobrevivem às custas da exploração única e exclusivamente do petróleo, que não é renovável.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Deputado Kielse, uma única planta de cana-de-açúcar, com 25% faz álcool, rapadura e cachaça, e sobra 75% para fazer bagaço e palha de cana-de-açúcar.

(Corte do som)

Quero dizer que Deus inventou a eternidade, e o Diabo, o relógio!

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)**

A convite da Presidência da Casa, usará a tribuna a Sra. Marcelene Garcia de Souza.

***Sra. Marcelene Garcia de Souza***

A SRA. MARCELENE GARCIA DE SOUZA

Boa-tarde a todas e a todos!

A minha intervenção aqui vai no sentido de sensibilizar os Srs. Deputados para aprovação do Projeto SOS

Racismo no Estado do Paraná. Nós assistimos nos últimos dias a ação de um movimento que colou vários cartazes na cidade de Curitiba com a seguinte frase: “Mistura racial não, obrigado! Assinado: Orgulho Branco”.

Nós já sabemos, inclusive da existência de grupos organizados na cidade de Curitiba, como os “skinheads”, que têm vitimado negros, “punks”, homossexuais e judeus. Inclusive, hoje pela manhã tivemos uma Audiência Pública, onde pudemos inclusive testemunhar várias pessoas falando dos casos que têm sofrido na cidade de Curitiba. No entanto, tem uma conjuntura nacional que tem discutido a importância de ações afirmativas não só para a população negra, mas para os grupos discriminados, como também indígenas e homossexuais.

O Estado do Paraná, que é o Estado mais negro da região Sul, e a grande questão, parece-me, é perguntar que ambiente nós temos na cidade de Curitiba ou no Estado do Paraná, que propiciou o surgimento e a explicitação desse movimento que ousa, então, defender a não mistura racial. E a não defesa da mistura racial não significa somente às relações amorosas, mas estamos falando de uma intolerância.

Portanto, a não defesa de diversidade em uma conjuntura em que o Paraná tem vivenciado algumas ações afirmativas importantes, como as políticas de cotas de negros nas universidades, para indígenas, para alunos de escolas públicas. Nós temos cotas em concurso público e temos assistido também, de certa forma, a valorização de fato das etnias do Paraná como historicamente nós não havíamos assistido.

É notável que a cidade de Curitiba, que se consagra como capital européia, de primeiro mundo, nós negros não nos encontramos nessa harmonia racial, não temos parques, portais, não temos bosques e, mais do que isso, é importante reiterar que esse discurso de valorização do Estado a partir da sua História e da sua cultura parece que tem se dado somente a partir da vinda dos imigrantes europeus. Ora, isso é muito sério, num Estado que teve a escravidão, numa cidade que teve a escravidão!

Ontem mesmo nós assistimos ao lançamento do catálogo sobre a escravidão no Paraná e os historiadores puderam demonstrar a existência dessa história perversa neste Estado. Ora, sabendo que a população negra no Brasil foi escravizada por mais de 350 anos, estamos falando de uma política institucional do Estado brasileiro. Nós assistimos, inclusive no Estado do Paraná, incentivos à própria vinda da imigração européia também com discurso de tornar o Estado branco. E hoje vivenciamos, em pleno 2005, a presença de movimentos que estão aí e que a população negra agora está com medo de andar na rua! Não sou somente eu, os negros estão amedrontados, os homossexuais também, ou seja, nós podemos ser agredidos ou podemos, mais que isso, ser assassinados como aconteceu em 1996 quando um jovem negro foi morto.

Queria, portanto, reiterar a importância desse projeto ousado e revolucionário, no Estado do Paraná, que é de fato o Estado que se consagra “das etnias”, ao mesmo tempo em que no festival das etnias do Paraná a população negra nunca participou, mas que de fato podemos construir um Estado harmonioso racialmente, ou seja, a valorização da diversidade é o que nós temos que construir.

Afirmar que um País é racista pressupõe a compreensão que há, em todos os segmentos sociais, políticas de vantagens para alguns indivíduos quando não são negros, não são indígenas, não são ciganos ou não são as ditas minorias.

Então, reitero que este projeto que foi apresentado ao Deputado Hermas Brandão, pelo Ipade e pelo Ibrafe, para que possamos ter de fato um Estado de todas as etnias valorizando toda a diversidade que é o de mais rico que temos no Paraná.

Muito obrigada.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para cumprimentar a Professora Marcelene que usa a tribuna neste momento e que já tem, na Universidade do Paraná, feito o debate e naturalmente tem feito todo o esforço necessário para que a não discriminação seja realidade também no Estado do Paraná.

Em nome da bancada do PT, Professora Marcelene, nós queremos ser solidários estaremos assinando junto este projeto e votando favoravelmente a ele.

Parabéns pelo seu pronunciamento e pode estar certa que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, - você conhece a bancada - estaremos juntos nessa luta contra a discriminação porque, sem dúvida nenhuma, os fatos que observamos em Curitiba, se não forem, dentro daquilo que é legal, duramente, combatidos, nós teremos um período muito difícil na convivência com os que querem fazer deste um Estado democrático.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Agradecemos a Professora Marcelene.

### ***Horário das Lideranças:***

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, por cinco minutos.

### ***Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Cinco minutos é um tempo meio escasso para o tanto que eu precisaria para poder levar a efeito e poder transmitir o que realmente estamos sentindo diante de

algumas declarações que ouvimos das autoridades constituídas deste Estado.

O Secretário da Segurança do Paraná, afirmou ontem na Escolinha do Professor Raimundo, esta mesma que vai ser transferida para o Estádio Mané Garrincha se o Requião for Presidente da República, quem sabe, disse o Dr. Delazari que quem reclamar da segurança do Paraná é ingrato.

Olha, a população então é ingrata, porque no Paraná, todo mundo que a gente ouve, menos os bandidos, estão reclamando da segurança. É uma gritaria que sai de Londrina, Maringá da Cida Borghetti, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaguá, vai de leste a oeste, de norte a sul. A conversa que se ouve é uma só. Não tem gasolina, não tem viatura, não tem policial, não tem cadeia para prender bandido e o Secretário da Segurança disse que quem falar é ingrato!

Imagine a segurança em Curitiba. A segurança aqui, Deputado Bradock, está de arrasto! Na periferia e na grande Região Metropolitana de Curitiba é um verdadeiro caos! O Secretário e o Governador precisam ligar para o 190 para pedir polícia e eles vão ver a resposta que vão ouvir. É um telefone mudo, tocando e ninguém atendendo.

Quem tem sorte de ser atendido pelo telefone, certamente não vai ser atendido pela emergência, que é motivo pelo qual está ligando. Nós, lamentavelmente, temos que vir aqui para fazer essa crítica.

Vejam bem os senhores. No Paraná, o projeto do Deputado Ratinho pelo desarmamento, foi anunciado oficialmente pelo Governador Roberto Requião de Melo e Silva, que se intitulou à época, o pai da idéia do desarmamento e agora, para surpresa nossa, o Governador vem a público e diz que não podemos desarmar o povo! O povo tem que estar armado, porque senão, vai se sentir inseguro!

Ora, quem tem que dar a segurança ao povo é o Estado, através das suas polícias, através da inteligência das suas polícias e esta segurança, certamente, até o próprio Governador reconhece que não está podendo dar, porque agora ele já não é mais o pai do desarmamento, já não faz mais a solenidade de destruição de armas, aqui na porta do Palácio, como foi feito, e ele então, diz que o povo tem que estar armado. Ouvi e discurso disso.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Rafael Greca de Macedo sobre o biodiesel, sobre a energia solar, sobre as energias alternativas.

Fiquei feliz, não concordo plenamente com o óleo da mamona, as colocações que o Deputado fez, mas ele assim fez deve ter o seu cunho de razão. Mas, o Deputado foi firme e forte na sua posição, descreveu a lingerie, a biomassa, como energia renovável e limpa.

Parabéns, Deputado Greca, pela sua posição. Conhece a matéria. Foi de um extremo ao outro.

Muito obrigado.



A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença, acompanhando a Sessão de hoje, do Prefeito de Vitorino, o Sr. Valdir Picoloto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

A Mesa registrará a honrosa presença.

PTB. Deputado Jocelito Canto inscrito.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na tribuna de hoje eu quero comunicar à Casa, que nós estamos apresentando um projeto que regulamenta a permanência de animais ferozes em locais públicos, e dá outras providências.

O que na verdade, nós queremos com esse projeto é exatamente proibir o pitbull, no Paraná. É um cachorro assassino, bandido, que tem matado pessoas, tem tirado a vida de crianças.

Semana passada, lá em Ponta Grossa, um cachorro acabou matando uma criancinha de 2 anos e meio, indefesa. E nós estamos apresentando hoje, aqui um projeto em que se proíbe, a partir da vigência desse projeto, a comercialização de cães da raça pitbull, no território do Estado do Paraná.

Eu sei que alguns defensores dos animais, daqui a pouco vão ficar chateados, vão dizer que o bichinho é sadio, que ele é dócil, que é só questão de saber criar, mas eu vou exatamente falar ao contrário.

Um cachorro que tem a trajetória de já ter matado muitas pessoas, não pode permanecer solto nas cidades do Paraná. Então, estou apresentando esse projeto, na tarde de hoje, pedindo o apoio dos demais companheiros, que é no sentido de proibir a presença desse feroz animal, aqui, no Estado do Paraná.

Eu vou apresentar amanhã, também, um projeto de pedido especial, para que a partir dessa lei, ou dessa indicação, em que o Instituto Médico Legal do Paraná não poderá demorar mais de três horas, para fazer a necrópsia num corpo. É uma vergonha o que está acontecendo no Paraná hoje.

Nesse caso do cachorro, esse bandido que atacou a criancinha, ela morreu à meia-noite. O Instituto Médico Legal liberou o corpo no outro dia, às oito horas da manhã, depois de eu ter falado com o Governador. Isso é uma falta de respeito com as famílias do Estado do Paraná.

Estou apresentando um projeto que determina que o prazo máximo seja de três horas. Eu sei que de repente vão dizer: Olha, mas no mínimo tem que ser seis horas. Isso aí é quando é um bacana. Quando é um bacana, em quinze minutos libera o corpo, no Paraná! Agora, quando é um coitadinho demora, seis, sete, dez horas no IML, esperando.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

O seu primeiro projeto com relação aos cachorros violentos, gostaria que V. Exa. acrescentasse o cachorro que também é um animal muito perigoso. Tem o meu aval, o meu respaldo nesse projeto.

Quanto ao segundo projeto a questão é mais técnica. Está no Código de Processo Penal que o médico legista tem seis horas para liberar o corpo. Quando a morte é violenta e não há nenhum diferencial sobre a *causa mortis*. O médico legista pode liberar antes.

Agora, a questão das seis horas é de lei. Está no Código Penal e nós não temos a competência legislativa para legislar sobre o Código Penal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concordo com o senhor, mas vou apresentar o projeto da mesma forma, como esta Casa já liberou outros projetos que não eram constitucionais e acabaram passando. Espero que o meu passe pelo bom senso, pelo respeito às famílias do Paraná, porque não é justo que uma família fique dez horas esperando para liberar o corpo. Isso é uma falta de respeito, de sinceridade.

Gostaria que os colegas nos ajudassem nesse projeto, que vai beneficiar todos os IMLs do Paraná. Chega de sofrimento das famílias, fiquem lá dez horas esperando para liberar o corpo. Espero o apoio dos senhores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós já havíamos protocolado no mês passado, comunicado ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná relatando a situação de humilhação que dezesseis cabos dos 121 que estão freqüentando o curso para promoção a sargento estavam sofrendo na Academia do Guatupê, nesta Capital do Estado. Inclusive, abordamos esse assunto no último mês e recebemos resposta do eminente Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana, que endereçou ao Comandante David Antonio Pancotti que nos responde que já havia tomado conhecimento a respeito desses fatos e mandou instaurar sindicância, indicando o Capitão Ronaldo de Abreu para conduzi-la. Em relação a outras denúncias expedidas pelo Mepom - Movimento das Esposas dos Policiais Militares - Presidida pela Sra. Vera Rubo, o comandante não havia tomado conhecimento.

E na tarde de hoje encaminhando um novo requerimento ao mesmo Comando da Polícia Militar, essa com a finalidade de denunciar abusos e arbitrariedades que continuam ocorrendo no curso para sargentos que está acontecendo na Academia Militar do Guatupê.

Ouçam só, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a carta que chega às mãos deste Deputado (Lê):

*Esta tem a finalidade de denunciar abusos e arbitrariedades que vêm ocorrendo no curso para sargentos que meu marido está fazendo em Curitiba.*

*Os PMS fazem educação física onde são submetidos a testes muito pesados, dignos de atletas, como correr 100m em 12 sgs. 1.500m em 5 minutos, o que vem causando lesões em vários deles.*

*Meu marido foi obrigado por um oficial a ficar de frente à tropa e cantar um hino, uma situação de verdadeira humilhação e ridículo.*

*Este mesmo tenente, sem qualquer motivo, mandou que os policiais pegassem fuzis e ficassem andando com eles pelo pátio e na sala de aula, apenas para humilhar e estressar os policiais.*

*Tem um sargento que fez o curso junto que foi ridicularizado e ofendido pelo Sargento Santos, sendo obrigado a se apresentar várias vezes para depois o sargento dizer que não aceitava a sua apresentação por ser incorreta, quando deveria ensinar o certo.*

*Nas quartas-feiras, os alunos são obrigados a fazer um pente fino no pátio da academia na hora do almoço, começando a almoçar às 12h35, sem lavar as mãos, para começar as atividades às 12h50, sem sequer fazerem a higiene. O sargento da corporação disse que a higiene é chupar bala e mascar chicletes.*

*Outro dia, depois do expediente, os alunos marcharam até às 18h30. Depois, um sargento disse que eles tinham 30 minutos para mudarem de alojamento (são 120 homens) e que estes, no dia seguintes deveriam estar limpos, caso contrário seriam punidos.*

*Depois disso, ao invés de liberarem os policiais, tiveram que catar folhas na grama da academia.*

*Falaram que para tirar serviço (ou trocar), os policiais têm prazo de 48 horas, porém a escala saiu às 12h de sexta-feira, para trabalhar no sábado, tudo para impedir que os policiais pudessem ver a família.*

*Dona Vera Rubbo, só a senhora pode ajudar, pois falamos com a ouvidoria e desde abril, nada foi feito. Não agüento mais ver meus filhos perguntando pelo pai. Tem um capitão que, quando os policiais foram reclamar, respondeu que era o tratamento que eles mereciam.*

**O Sr. Delegado Bradock (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Eu gostaria, não estou aqui defendendo aos instrutores da Academia Militar do Guatupê, mas se o cara não tem vocação para o negócio, ele que vá estudar balé! Isso aí é para homem!

**A Sra. Elza Correia (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Eu acho que nós temos que tomar cuidado com as coisas que nós falamos porque realmente todo ser

humano, todo cidadão merece respeito e consideração. Para ser macho, não precisa ser humilhado, ser vilipendiado, ser desmoralizado, como às vezes a gente percebe em alguns setores da sociedade civil. V. Exa. levanta uma questão bastante grave, isto na contramão da história, na contramão da orientação da Polícia Militar aqui do Paraná, e eu faço questão absoluta, companheiro Barbosa, de pessoalmente conversar com o Comando, dizer que eu ouvi aqui essas denúncias e eles têm que investigar. Eu acho que há de haver respeito e consideração em todos os setores do Governo Estadual.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Eu gostaria de dizer que, lamentavelmente, essas instruções não servem para nada, nós não estamos vendo aqui a prisão de Abughay lá no Iraque transformada no Guatupê em Curitiba.

Os policiais militares que estão tentando fazer carreira, é evidente que não vão lá para aulas de balé, mas também não precisam ser sacrificados numa selvageria destas que nós estamos já ouvindo os relatos há algum tempo. Nós sabemos, e assim sabem também aqueles que estão lá querendo buscar a sua aptidão para ingresso na Polícia Militar.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Agradeço o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. tem cinco segundos para concluir.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado Sr. Presidente, e dizer apenas que discordo da manifestação do Delegado Bradock.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, Deputado Elio Rusch.

## ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado.

Uso a tribuna de hoje para informar a esta Casa que na próxima segunda-feira, dia 10, às dez horas da manhã, no plenarinho da Assembléia Legislativa estaremos lançando oficialmente, embora que a campanha já tenha iniciado, mas o lançamento oficial pelo voto NÃO ao referendo do dia 23 de outubro.

Estarão presentes na segunda-feira, aqui no Estado do Paraná, o Presidente da Frente parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, Deputado Alberto Fraga, o Deputado Luís Antonio Fleury Filho, ex-Governador do Estado de São Paulo, e outras lideranças a nível nacional, para que aqui no Estado do Paraná, a exemplo daquilo

que a outra frente também fez, estaremos lançando então oficialmente o voto NÃO.

Quero dizer também aos Srs. Deputados que eu fiquei muito feliz no dia de ontem, quando o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, oficialmente aderiu à campanha NÃO no próximo dia 23.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados, embora o Governador do Estado do Paraná ter sancionado a lei do Ratinho Júnior, que visa o desarmamento, eu entendo que não há incoerência, porque eu também votei a favor da lei do desarmamento do Ratinho Júnior. Quem quiser entregar a arma que entregue, o cidadão está livre para entregar.

Agora, o que diz o referendo? Se for votado SIM, terminantemente - nós proibimos que o cidadão tenha uma arma na sua residência! Se o referendo é NÃO, dá a liberdade de o cidadão brasileiro optar se ele quiser ter uma arma em casa ou não. Então, essa é a diferença.

Tem que deixar bem claro que a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa não obriga o cidadão brasileiro a ter uma arma em casa.

Vi hoje no programa eleitoral dizendo: "imaginem os senhores se todo mundo andar armado no Brasil."

Ora, não é isso que o referendo quer dizer. Apenas consulta os eleitores do Brasil se são favoráveis ou contra a comercialização de armas. É uma opção pessoal. Dizer que uma arma é um perigo na casa, claro que é, mas quem tem que fazer essa avaliação é o pai de família.

Quando era criança meu pai tinha arma, mas ele disse que era um perigo, que mata. A consciência e a educação são dadas em casa.

O Estado mais armado no Brasil é o Rio Grande do Sul: para cada dez habitantes, uma arma. E qual é o Estado que tem o menor índice de acidentes de arma de fogo? Rio Grande do Sul!

Prova claramente que, orientando e educando como deve ser usada uma arma, ela não se torna criminosa. Faço uma pergunta: a quem interessa o desarmamento? O que existe por trás de toda essa situação?

Espero que até o dia 23 de setembro os eleitores do Brasil estejam conscientes. Todas as pesquisas mostraram há 30 dias atrás que 80% a 90% eram contra a comercialização. As pesquisas mostram agora que, em muitos Estados, o NÃO está ganhando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não pode um parlamentar ser tratado de uma maneira e outro de outro jeito. Fica vexatório um parla-

mentar ser interrompido aqui dessa forma. Sei que V. Exa. tem bom senso, mas é meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Cumpro o que determina o Regimento.

Não vou contrariá-lo. Estou aqui para defendê-lo.

E o Regimento foi votado por V. Exa. também.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concordo com o Regimento, mas infelizmente, o Regimento não...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi votado por V. Exa.!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas nem sempre é o mesmo, Sr. Presidente! Não é o Regimento que a Sessão funciona das 14h30 às 17h00 da tarde. Então, essa é a grande verdade. Mas, como eu já vim aqui para criar polêmica mesmo...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou conceder - já que houve um debate entre V. Exa. e esta Presidência, - os cinco minutos para V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente. Eu também tive o meu tempo ceifado...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, Sr. Presidente, não há necessidade. Até por que o meu pronunciamento aqui é rápido.

Como eu vim aqui, hoje, criei uma polêmica com o Presidente, eu quero criar uma outra polêmica, aqui, com dois Secretários do Governo Jaime Lerner: com meu ilustre e querido amigo Nelson Justus, que eu considero que foi um grande Secretário e com o meu ilustre e querido amigo Deputado Rafael Greca que, também, tenho por ele admiração e ele sabe que não sou só eu, mas a minha família.

Só gostaria de fazer uma pergunta: ontem, assistindo televisão, nas inserções do PMDB, eu ouvi o Governador afirmando que o Governo anterior criou apenas 38 mil empregos e eu mereço explicações dessa situação porque, na verdade, há alguma incoerência nessas afirmações: primeiro, quando o Deputado Rafael Greca era secretário de Comunicação, o então Governo em que eu era Líder, afirmava que tinha gerado muito mais empregos do que esses. Então, ou o Governador anterior faltou com a verdade ou o Governador atual falta com a verdade.

Segundo, a situação do Governo atual, naqueles pontos de ônibus, afirmou que tinha gerado quinhentos mil empregos e, ontem, o Governador afirmou que gerou 276 mil empregos, conforme o IBGE informa. Não é um

questionamento. Eu faço um posicionamento, até para que o povo paranaense possa ter os números corretos.

**O Sr. Nelson Justus (PFL)**

V. Exa. me conceda um aparte, já que o tempo é escasso e não vou passar batido de jeito nenhum!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Eu não esperaria outra atitude de V. Exa., até por que sei do seu posicionamento.

**O Sr. Nelson Justus (PFL)**

Deputado Rossoni, eu entendo perfeitamente a provocação de V. Exa. até vou mais longe: V. Exa. já fez a pergunta e já respondeu - o Governador, em uma primeira ocasião, gerou duzentos, depois gerou quinhentos, depois gerou duzentos. Os números, o papel e a televisão aceitam tudo.

O que tenho muito orgulho, como paranaense, de dizer é que se o Paraná, hoje, tem uma situação privilegiada, em nível industrial e econômico, é exatamente em razão da transformação econômica ou do perfil econômico do Governo passado, do qual eu tive o privilégio de ser Secretário. Se foram gerados “x” ou “y” empregos, a história é clara, está aí para quem quiser ver.

Se o Paraná avançou, foi exatamente porque um grande estadista apostou no futuro e o futuro está aparecendo agora.

Obrigado pela oportunidade e pela provocação.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço o seu aparte e aproveito para comunicar, aqui, aos defensores de “o Porto é nosso” de Paranaguá, que acaba de ser anunciado pela ADM, que em 2000 já era a terceira maior processadora de soja do País e a maior exportadora de soja brasileira, tem seis fábricas processando soja. Essa empresa acaba de anunciar que vai encerrar os seus trabalhos no Porto de Paranaguá e vai transferir para o Porto de Santos e de Vitória.

É algo que nós, Parlamentar, temos que nos preocupar com essa decisão. Acredito que deva pelo menos ser uma preocupação do Governo, porque é uma empresa que gera impostos, gera empregos e está deixando o nosso Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto a V. Exa. se fará uso do Horário da Liderança da Oposição.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Um segundo apenas, Presidente.

Não é interessante para nenhum paranaense.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Agradeço a compreensão de V. Exa.

Consulto à Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

**(Declinam).**

## ***Ordem do Dia:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente, para justificar a ausência do Deputado Elton Welter que está hoje em Brasília inclusive representando esta Casa num debate sobre as rodovias.

## ***Leitura do Expediente***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, comunicando que está filiado no Partido Trabalhista Brasileiro e a partir da presente data fará parte da Bancada do PTB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 235/2005, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a liberação das dependências do plenário desta Casa para a Formatura do Curso de Ciências Políticas da Facinter - Faculdade Internacional de Curitiba, a realizar-se no dia 20/01/2006, a partir de 19h. **Dê Acordo.**

Indicação nº 050/2005, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, indicando ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a adoção de medidas no sentido da criação de Varas especializadas em crimes de racismo e discriminação. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 051/2005, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado, a adoção de medidas necessárias no sentido da criação da Delegacia Especializada de Crimes de Racismo e de Discriminação, em todas as regiões do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3004, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se no dia 06 do corrente mês em viagem a Brasília, tendo em vista audiência com o Ministro do Planejamento, acompanhando o Prefeito do Município de Ponta Grossa e representando este Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3026, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização para deslocar-se a Maringá e Londrina para participar das Audiências Públicas de Saúde nos dias 14 e 15 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3027, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização para deslocar-se a Cascavel para participar do 2º Seminário Nacional de Estado e Políticas Sociais do Brasil nos dias 13 e 14 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3029, de autoria dos Srs. Deputado Marcos Isfer e Ademir Bier, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do Plenário nos dias 18 a 20; 25 a 28 e 31 do corrente mês para representar esta Casa de Leis em Audiências Públicas a serem realizadas nas cidades de Cascavel, Pato Branco, Londrina, Maringá, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá. **Aprovado.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao Município de Jesuítas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe que os estabele-

cimentos industriais de produtos eletro-eletrônicos de telecomunicações e de informática localizado no Município de Foz do Iguaçu, receberão em relação ao ICMS tratamento tributário específico. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de Loanda, de parte de imóvel situado naquele município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 408/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dá nova redação ao Título II, capítulo I; artigo 13; artigo 14, parágrafo 1º, e revoga o parágrafo 2º; artigo 42; artigo 222, passa a ter três parágrafos; altera o artigo 224 e cria dois parágrafos; revoga o parágrafo 1º do artigo 244 e dá nova redação ao artigo 263. todos, da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. (**Publ. no DA nº 100/2004, de 10/11/2005, em Projeto de Lei Complementar, pág. 07).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 408/2004

#### P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 408/2004 que “dá nova redação ao Título II, capítulo I; artigo 13; artigo 14, parágrafo 1º, e revoga o parágrafo 2º; artigo 42; artigo 222, passa a ter três parágrafos; altera o artigo 224 e cria dois parágrafos; revoga o parágrafo 1º do artigo 244 e dá nova redação ao artigo 263. Todos, da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações e adota outras providências”.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem competência para legislar sobre a matéria analisada. Observe-se o artigo 53 da Constituição Estadual.

“Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competências do Estado, especificamente:

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias de civis,

*reforma e transferência de militares estaduais para a inviabilidade.”*

Sendo de competência da Assembléia Legislativa analisar a matéria passa-se a debater a existência ou não do vício de origem.

A presente proposição não visa alterar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, não visa o provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva, portanto, não ofende o disposto no artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná.

O projeto em tela objetiva tão somente alterar o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, instituído pela Lei Complementar nº 14/82.

Diversas outras leis, aparentemente eivadas de vício de iniciativa, foram aprovadas pelo Parlamento, passaram a integrar ordenamento jurídico e cumpre importante papel social.

Sobre a eventual alegação do vício de iniciativa é importante destacar que matérias envolvendo servidores públicos também podem ser iniciativas no Legislativo. Nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal.

*“Vencimento. Data. Limite para satisfação. Constituição do Estado. Não vulnera o princípio da iniciativa do Executivo para propor projeto de lei sobre servidores públicos preceito da Carta do Estado que revele data-limite para satisfação dos vencimentos”* (STF - 2ª T. Rest. nº 172.464/RJ - Rel. Ministro Marco Aurélio, Diário da Justiça, Seção I, 5 fevereiro de 1999, p. 28).

A Lei Complementar nº 14/82 - Estatuto da Polícia Civil já foi alterada pelas seguintes leis complementares: 19/83; 21 e 24/84; 29 e 35/86; 39, 41/87; 46, 47 e 48/89; 53, 54/91; 63/92; 69, 71, 72/93; 84/98 e 89/2001.

As alterações propostas dizem respeito ao agrupamento de cargos e carreiras, adequações na aplicação de penalidade, celeridade processual, registro de penalidades administrativas e outras providências.

Quanto ao mérito, certamente atende ao reivindicado pela categoria dos policiais civis e preserva os princípios do Estado Democrático de Direito.

Em razão da importância da matéria, o projeto é pela tramitação regimental da proposição reservando-se todos os Deputados a debater o mérito em plenário.

Ao possibilitar a ida da proposição a Plenário assegura-se o amplo debate sobre a proposição, ocasião em que o autor poderá prestar maiores esclarecimentos aos demais integrantes do Poder Legislativo Estadual.

A Comissão de Constituição e Justiça é a guardiã da constitucionalidade dos projetos de leis que tramitam neste Legislativo Estadual.

Ressalte-se que o controle de constitucionalidade de uma norma deve ser feito sobre seu aspecto formal e material.

A aplicação exclusiva do artigo 66 da Constituição Estadual, nele enquadrado todas as matérias que façam qualquer referência aos funcionários públicos, bem como suas funções, não passa de análise meramente formal.

Analisar a constitucionalidade material de uma norma significa compreender a origem dela e seu alcance social.

Nesse sentido já se manifestou o doutrinador constitucionalista Paulo Bonavides.

*“As constituições existem para o homem e não para o Estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdadeira lapidar quando disse: ‘A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos’”.*

*O controle material de constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.*

*É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial”.* BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996, Pág. 269-270.

É preciso ir ao espírito do projeto de lei para compreendermos a sua importância para a Polícia Civil e aos cidadãos que são a razão de existir dos policiais civis do Paraná.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 408/2004

### Histórico

O Projeto de Lei nº 408/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, altera a Lei Complementar 14/82 - Estatuto da Polícia Civil.

### Fundamentação

O projeto visa alterar a organização da Polícia Civil, pois como bem ressaltou o relator do projeto, o nobre Deputado Tadeu Veneri em seu parecer *“as alterações propostas dizem respeito ao agrupamento de cargos e carreiras, adequações na aplicação de penalidades, celeridades, processual, registro de penalidades administrativas e outras providências.”* (fls. 03 do parecer)

Discordamos do nobre parecer ao alegar que a Assembléia tem competência para propor leis sobre o

regime jurídico dos servidores civis e sobre a organização das polícias civil e militar.

Em interpretação harmônica do texto constitucional, entendemos que a Constituição Estadual propiciou à Assembléia Legislativa a faculdade de emendar os projetos de lei de iniciativa exclusiva do Governador, sendo que tais modificações feitas nos projetos do Executivo exigem a sanção direta do Governador, é o que diz o *caput* do artigo 53:

*“Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:”*

Há que se ressaltar que o texto constitucional usa o verbo “dispor”, o que significa que a Assembléia Legislativa tem competência concorrente com o Executivo para discutir as matérias previstas no artigo 66 da Constituição Estadual e modificar o texto legal, desde que a iniciativa do projeto de lei tenha sido de iniciativa do Executivo.

Não teria sentido o texto constitucional em seu artigo 66 usar o termo *“são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre”*, se a Assembléia também pudesse iniciar o processo legislativo, vez que iniciativa deixaria de ser privativa para tornar-se concorrente.

Com efeito, para harmonizar os Poderes, o texto constitucional propiciou a Assembléia Legislativa discutir e modificar os projetos de iniciativa exclusiva do Governador, mas não lhe deu a faculdade de iniciar o processo legislativo sobre as matérias dispostas no artigo 66.

Neste diapasão, o projeto padece de vício de inconstitucionalidade formal, tendo em vista que a matéria é iniciativa exclusiva do Governador, conforme artigo 66, inciso III da Constituição Estadual, que assim se expressa:

*“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar:”*

A respeito do tema colecionamos os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

*“ADI 762/RJ - Rio de Janeiro Ação Direta de Inconstitucionalidade*

*Relator (a): Min. Ellen Gracie*

*Julgamento: 01.04.2004.*

*Órgão Julgador: Tribunal Pleno*

*Publicação: DJ data 14.05.2004 PP*

*Ação Direta de Inconstitucionalidade, Lei Estadual nº 1.951/RJ, de 26.01.1992. Pensão por morte de servidor público estadual. Falta de cônjuge, companheiro ou dependente. Beneficiário, terceiro legatário em testamento ou indicado ao Instituto de Previdência Estadual (IPERJ), Inconstitucionalidade Formal e Material. Precedente A: ADIN nº 240, Rel. Min. Octavio Gallotti 1. Afronta ao artigo 61, parágrafo 1º, II, c, por preterir a*

*exigência de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo para a elaboração de normas que disponham sobre servidores públicos e seu regimento jurídico. 2. É inconstitucional a norma que permite a extensão da pensão por morte a pessoa não inserida no rol estabelecido ao artigo 201, V da CF. (cônjuge, companheiro ou dependente). 3. Ação direta de inconstitucionalidade que se julga procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 1.951, de 26.01.1992.”*

*“RE 353350 AgR/ES - Espírito Santo AG. REG. no Recurso Extraordinário*

*Relator (a): Min. Carlos Velloso*

*Julgamento: 27.04.2004.*

*Órgão Julgador: Segunda Turma*

*Publicação: DJ Data 21.05.2004 PP-00051*

*EMENT VOL-02152-04 PP-0083*

*Ementa: Constitucional, Ação Direta Lei Municipal. Controle Concentrado: Tribunal de Justiça Estadual. CF. artigo 125, parágrafo 2º Servidor Público: Processo Legislativo CF. artigo 61, parágrafo 1º, II, c,*

*I. Tratando-se de ação direta de inconstitucionalidade da competência do Tribunal de Justiça local, lei estadual ou municipal em face da Constituição Estadual, somente a questão de interpretação de norma central da Constituição Federal, de reprodução obrigatória na Constituição estadual, é que autoriza a admissão do recurso extraordinário. II. Leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo são de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (CF. artigo 61, parágrafo 1º, II, c). III. Negativa de trânsito ao RE. Agravo não provido.*

#### **Conclusão**

Pelo exposto, face o vício de inconstitucionalidade formal, opino desfavoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS**

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 408/2004**

#### **P A R E C E R :**

O presente plano de lei é de autoria do Deputado Delegado Bradock, que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 14/82 - Estatuto da Polícia Civil.

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável quanto aos aspectos constitucionais e regimentais.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão não apresenta nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento deste Parlamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 408/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, tem como objetivo alterar dispositivos da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil).

A proposta já foi objeto de análise da douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou, sobre a mesma, parecer favorável, e ainda da Comissão de Finanças que igualmente manifestou-se favoravelmente à matéria.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 9º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator que conforme a justificativa do próprio autor, o projeto em tela é altamente meritório, pois, quando o autor fala em “cancelamento do registro das penalidades de advertência, repreensão e de suspensão, não é novidade, pois, já existe na esfera federal, conforme consta do artigo 131 da Lei nº 8112/90”. E complementa, sobre o servidor policial: “cometeu a falta, esta deve ser apurada enquanto o servidor se encontra na ativa e ainda não adquiriu o direito à aposentadoria. Caso contrário não deve a pena alcançar o aposentado assegurando-se a este o direito à aposentadoria. Assim sendo, tal matéria deve receber guarida desta relatoria e por conseguinte, desta Comissão.

De acordo com o exposto, nosso parecer é favorável à sua aprovação, seguindo o mesmo para a apreciação finalística do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3012, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei Complementar nº 408/2004.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, regimentalmente não é possível a retirada do veto da Ordem do Dia, mas já que foi votado, concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos votando, nobre Deputado, o item 04; não é a votação do veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estou adiantado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicredi e Sicob, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2005, de 17/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 25).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 296/2005

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do nobre Deputado Elio Rusch, visando autorizar o Poder Executivo a celebrar convênios com cooperativas de crédito que especifica, a fim de que estas possam efetuar cobrança e recebimento de qualquer tributo do âmbito estadual.

A proposta encontra-se alicerçada no parágrafo 3º do artigo 164 da Constituição Federal, que exige outorga legislativa na hipótese de não existir em dada localidade - Instituição Bancária Oficial. Esta é a exegese da regra mencionada, já que há expressa ressalva dos casos previstos em lei.

Não há que se opor com base na Lei Complementar 101 - artigo 43, pois esta trouxe apenas a reprodução da regra constitucional. Assim, afasta-se qualquer argumento de que a lei aludida deveria ser uma Lei Complementar ou uma Lei Ordinária Federal, pois se assim o fosse a própria LC 101 deveria dispor sobre a matéria.

Ora, se entendermos que a iniciativa depende de autorização legislativa específica, também não pode prosperar os argumentos de que já estaria o Executivo autorizado a firmar convênios, pois a regra da Constituição do Estado - artigo 83, trata de forma genérica a questão.

Ademais, é preciso ter em consideração que a Constituição Federal, através do inciso IV do artigo 170; trouxe a lume o postulado da Livre Concorrência, considerado o “princípio dos princípios no âmbito da Ordem Econômica”, somada, ainda, ao princípio da isonomia/igualdade de tratamento entre competidores, constante do parágrafo único do mesmo artigo, significando dizer que não há mais sentido em reservas de mercado, notadamente quando a manutenção de regras possam impor prejuízos à população.

Apenas para reforçar, devemos igualmente, ter em mente que as instituições de créditos ditas normais ou de mercado, mesmo as oficiais, rezam pela cartilha desse mesmo mercado - em que o compromisso com as comunidades é igual a zero; cuja pedra angular é o custo/benefício, importando dizer - se não há lucro, feche-se a agência ou o posto de atendimento, restando à população o ônus da medida.



Diante do exposto, respeitados os ditames constitucionais e legais mencionados e em face dos demais fundamentos trazidos, sou de parecer favorável à constitucionalidade do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 296/2005

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente plano de lei é da lavra do Deputado Elio Rusch, que objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênios com o Sicredi - Sistema Integrado de Crédito Cooperativo e com o Sicob - Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil.

#### Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que exarou parecer favorável quanto aos aspectos constitucional, regimental e de técnica legislativa.

#### Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme consta do parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela, busca propiciar mais alternativas bancárias para a população, trazendo um conforto maior aos usuários na prestação destes serviços. De igual modo, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o nosso parecer favorável ao projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 482/2005, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), por força o exarado na Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 385/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 13, 25, 26, 29, 33, 78, 79, 81, 84, 87, 90, 100, 111, 112, 114, 123, 128, 130, 135, 136, 137, 156, 159, 163, 169, 176,

203, 218, 219, 221, 240 e 270 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Este Código dispõe sobre a organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.*

*§ 1º ...*

*§ 3º Na constituição e alteração das atribuições e competência do Tribunal de Justiça, de Juízes e dos Serviços Auxiliares, deverão ser observados, além dos princípios previstos nos parágrafos anteriores, os critérios de democratização da gestão e do acesso à Justiça, qualificação permanente, efetivamente e celeridade.*

*Art. 2º ...*

*I - ...*

*II - revogado.*

*III - ...*

*Art. 3º É vedada a convocação ou a designação de Juiz de primeiro grau para exercer cargo ou função no Tribunal de Justiça, ressalvada a substituição de seus integrantes e o auxílio direto ao Presidente do Tribunal de Justiça, dos Vice-Presidentes, do Corregedor-Geral da Justiça e do Corregedor-Adjunto, em matéria administrativa, jurisdicional e correccional, pelo prazo de dois (2) anos, permitida uma recondução.*

*§ 1º ...*

*Art. 4º O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e vinte (120) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.*

*Art. 5º Os Juízes de última entrância serão promovidos ao cargo de Desembargador pelo Presidente do Tribunal de Justiça nas vagas correspondentes à respectiva classe, por antigüidade e merecimento, alternadamente, observado o disposto no artigo 6º deste Código.*

*§ 1º No caso de antigüidade, apurada na última entrância, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços (2/3) de seus membros, conforme procedimento próprio e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.*

*§ 2º ...*

*§ 3º Não será promovido o Juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-lo ao cartório sem o devido despacho ou decisão.*

*Art. 6º Um quinto (1/5) dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez (10) anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissi-*

onal, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

§ 1º Sendo ímpar o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, uma delas será alterada e sucessivamente preenchida por membro do Ministério Público e por advogados, de tal forma que, também sucessiva e alternadamente, os representantes de uma dessas classes superem os da outra em uma unidade.

§ 2º Quando resultar em fração o número de vagas destinadas ao quinto constitucional, corresponderá ela ao número inteiro seguinte.

§ 3º Recebidas as indicações, o Tribunal de Justiça formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte (20) dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Art. 7º Verificada vaga de Desembargador, a ser preenchida por magistrado de carreira, o Presidente do Tribunal de Justiça convocará o órgão competente para o preenchimento do respectivo cargo.

Parágrafo único. Se a vaga de Desembargador destinar-se ao quinto constitucional, o Presidente do Tribunal de Justiça oficiará ao órgão de classe a que couber a vaga para os fins do artigo 6º.

Art. 8º .....

§ 1º O Tribunal de Justiça, pela maioria de seus membros e por votação secreta, elegerá, entre os mais antigos que tenham manifestado a intenção de concorrer, os titulares daqueles cargos de direção, com mandato de dois (02) anos, proibida a reeleição.

§ 2º .....

Art. 10. O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.

Parágrafo único .....

Art. 13. O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o Presidente do Tribunal de Justiça, o 1º Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, compõe-se de mais quatro (4) Desembargadores eleitos.

§ 1º .....

Art. 17. Revogado.

Art. 18. Revogado.

Art. 19. Revogado.

Art. 20. Revogado.

Art. 21. Revogado.

Art. 22. Revogado.

Art. 23. Revogado.

Art. 24. Revogado.

Art. 25. ....

§ 1º .....

I - .....

IV - Juiz de Direito de entrância final, titular da vara ou substituto em primeiro e segundo lugar.

§ 1º .....

§ 3º São Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau os classificados na entrância final, com preenchimento do cargo mediante remoção, observados, alternadamente, os critérios de antigüidade e de merecimento.

§ 4º Os Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau, durante a substituição, terão a mesma competência dos membros do Tribunal de Justiça, exceto em matéria administrativa, ficando veiculados aos feitos em que tenham lançado visto como relator ou revisor, e, ainda, se tiverem solicitado vista ou proferido voto, hipótese em que continuarão o julgamento.

§ 5º Caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça a designação dos Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau.

§ 6º Em regime de exceção, decorrente do acúmulo de processos, os Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau poderão ser designados para auxiliar no Tribunal de Justiça, caso em que atuarão exclusivamente nos processos acumulados, constantes de relação específica.

Art. 26. Vago o cargo de Desembargador ou encontrando-se o titular afastado por trinta (30) dias ou mais, far-se-á a convocação de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.

Art. 29. ....

Parágrafo único. ....

I - .....

VI - comprovar, por documento, o exercício de, no mínimo, três (03) anos de atividade jurídica, na forma da lei.

Art. 33. ....

Parágrafo único. Caberá ao substituto, na ausência, mesmo eventual, do Juiz titular, decidir os pedidos cíveis e criminais de natureza urgente e comunicar, incontinenti, o fato ao Corregedor-Geral da Justiça.

Art. 78. Os Desembargadores tomarão posse perante o Tribunal, em sessão plenária, salvo manifestação em contrário do empossado.

§ 1º .....

§ 4º O Departamento da Magistratura manterá registro atualizado das atividades dos Desembargadores, dos Juízes de Direito e dos Juízes Substitutos.

§ 5º .....

Art. 79. O quadro de antigüidade dos Desembargadores, dos Juízes de Direito e dos Juízes Substitutos,

*composto das listas correspondentes a cada categoria de magistrado, será atualizado anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça e publicado no Diário de Justiça.*

§ 1º .....

Art. 81. ....

§ 1. ....

§ 3º Os Juízes de entrância final receberão noventa por cento (90%) dos vencimentos de Desembargador, e a diferença de uma entrância para outra será de dez por cento (10%).

I - Revogado.

II - Revogado.

§ 4º .....

§ 6º O Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau que for designado para substituir no Tribunal perceberá, durante o período da designação, a remuneração devida ao substituto, salvo as vantagens de caráter pessoal.

Art. 84. O Presidente do Tribunal de Justiça perceberá, mensalmente, pelo exercício do cargo, gratificação correspondente a vinte e cinco por cento (25%) sobre os vencimentos. O 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor-Geral da Justiça perceberão vinte por cento (20%). O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor Adjunto perceberão quinze por cento (15%) e os Juízes Diretores do Fórum, farão jus a cinco por cento (5%).

§ 1º .....

§ 2º Quando o substituto tiver que responder cumulativamente por duas ou mais comarcas, ser-lhe-á devida apenas uma gratificação de direção de fórum, quando a tenha nas condições previstas no parágrafo anterior.

Art. 87. A atribuição de diárias aos magistrados é prerrogativa do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O afastamento do Presidente do Tribunal de Justiça, dos Vice-Presidentes, do Corregedor-Geral da Justiça e do Corregedor Adjunto, quando no desempenho de suas correspondentes funções, não depende de autorização.

Art. 90. ....

§ 1º A concessão de licença, por prazo superior a trinta (30) dias, assim entendida a prorrogação, dependerá de laudo expedido por junta médica oficial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, quando se tratar de Desembargador ou de Juiz de primeiro grau.

§ 2º .....

## **Título XI**

*Substituição no Tribunal de Justiça e nas Comarcas*

### **Capítulo I**

*Substituição no Tribunal de Justiça*

Art. 100. A substituição no Tribunal de Justiça será efetuada em conformidade com o Regimento Interno.

Art. 111. Ao Tribunal de Justiça, suas Câmaras e Grupos, cabe o tratamento de egrégio, e a todos os magistrados o de excelência.

Art. 112. Os membros do Tribunal de Justiça têm o título de Desembargador e os Magistrados de primeiro grau, o de Juiz de Direito e Juiz Substituto.

Parágrafo único. ....

Art. 114. ....

§ 1º .....

§ 2º Serão instituídos, conforme definição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e por ato de seu Presidente, sistemas de plantões permanentes no Tribunal, nas comarcas de entrância final e naquelas que forem sede de seções judiciárias, para atendimento nos dias em que não houver expediente forense normal.

Art. 123. Denominam-se funcionários da justiça os servidores que constituem o quadro do Tribunal de Justiça, distinguindo-se em:

I - os integrantes dos cargos da Secretaria do Tribunal;

II - .....

## **Capítulo II**

*Funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça*

Art. 128. O Tribunal de Justiça, constituído de quadro próprio, somente admitirá funcionários mediante concurso público de provas, ou de provas e de títulos, excetuados os cargos em comissão.

Parágrafo único. O concurso obedecerá ao que dispuser o regimento interno e as normas do regulamento que for elaborado pela Comissão de Concursos e de Promoções do Tribunal de Justiça.

Art. 130. A nomeação dos candidatos aprovados será efetivada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 135. Os funcionários da Secretaria do Tribunal tomarão posse perante o Secretário.

Parágrafo único. ....

Art. 136. A Secretaria do Tribunal manterá registro apropriado referente a seus serviços, devendo nele ser anotada toda e qualquer alteração ocorrida na carreira funcional de seus quadros.

Art. 137. O regulamento próprio da Secretaria do Tribunal de Justiça disciplinará as atribuições do quadro funcional, levando em conta:

I - .....

Art. 156. A substituição dos servidores do Tribunal de Justiça far-se-á de acordo com o regulamento próprio.

*Art. 159. O processo de aposentadoria dos funcionários da Justiça tramitará perante a Secretaria do Tribunal de Justiça, e será efetivada por decreto do Presidente.*

*Art. 163. ....*

*I - ....*

*IV - ....*

*a) ....*

*c) valer-se do cargo ou função para obter proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função.*

*Art. 169. Sempre que houver comprovação de prática de crime de ação penal pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.*

*Art. 176. A punição dos funcionários da Secretaria do Tribunal será efetivada por ato do Presidente.*

*Art. 203. Sempre que houver comprovação da prática de crime de ação penal pública, remeter-se-ão peças ao Ministério Público.*

*Art. 218. ....*

*§ 1º ....*

*§ 2º Do termo lavrado, remeter-se-ão cópias autenticadas aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e Regional Eleitoral, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Procurador-Geral de Justiça e às Justiças Federal e do Trabalho no Estado.*

*Art. 219. Distribuídos, no ano imediatamente anterior, mais de oitocentos (800) feitos cíveis, não computados nesse número as execuções fiscais e execuções não-embargadas, os pedidos de alvarás, as ações consensuais e as precatórias, ou quatrocentos (400) processos criminais, o Juiz da comarca ou da vara dará conta do ocorrido à Corregedoria-Geral da Justiça, para as providências necessárias à criação de nova unidade judicial, observado o disposto neste Capítulo.*

*Parágrafo único. ....*

*Art. 221. A prestação jurisdicional no Estado é exercida por Desembargadores, Juízes de Direito de entrância final, intermediária e inicial e por Juízes Substitutos nos termos do anexo V.*

*Art. 240. A expedição de certidões não poderá exceder o prazo de vinte e quatro (24) horas, sob pena de responsabilidade do serventuário, do funcionário da justiça ou do agente delegado, ressalvado o caso de comprovado acúmulo de serviço, hipótese em que o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça ou Juiz competente, conforme a situação, marcarão prazo de até quarenta e oito horas (48) horas excedentes para efetivo atendimento.*

*Art. 270. Ficam extintos, à medida que vagarem, os cargos de Oficial de Justiça criados pelo artigo 70 da Lei Estadual 10219, de 21 de dezembro de 1992, e transformados pela Lei Estadual 11719, de 12 de maio de 1997, nas Comarcas a seguir discriminadas: Goioerê - um (01) cargo; Laranjeiras do Sul - um (01) cargo; Paranaguá - um (01) cargo; Corbélia - um (01) cargo; Morretes - dois (02) cargos; São João do Triunfo - um (01) cargo, e Mandaguari - um (01) cargo."*

*Art. 2º Fica suprimido o Título IV e seus Capítulos I, II e III do Livro I, alternados o Título XI e o Capítulo I do Livro II, e o Capítulo II do Título II do Livro IV, e excluída a expressão "Tribunal de Alçada", dos Anexos V e IX do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.*

*Art. 3º Ficam revogados o inciso II do artigo 2º e os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 e os incisos do parágrafo 3º do artigo 81 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.*

*Sala das Sessões, em 11.11.2004.*

*(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA*

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

### Justificativa Geral

A Emenda Constitucional nº 45 trouxe importantes e profundas alterações na estrutura de todo o Poder Judiciário, sem excluir mudanças tópicas no Poder Judiciário Estadual e na carreira da Magistratura, regulando pormenorizadamente o ingresso e a remoção dos juízes, a exigir, todas essas modificações, conseqüentes alterações e adaptações da Constituição Estadual e da legislação correlata ao Tribunal de Justiça e aos Juízes Estaduais.

Por exemplo, quanto ao ingresso e à movimentação dos juízes na carreira, a Emenda procurou estabelecer condições para o aprimoramento do magistrado e da função jurisdicional, como o pré-requisito da atividade jurídica do candidato, critérios para a promoção e remoção por merecimento, além de deveres funcionais. Quanto à preocupação com questões agrárias, permitiu a criação de varas especializadas, e voltadas para a maior agilização da Justiça em primeiro e em segundo grau, a nova norma constitucional prevê a descentralização do Tribunal de Justiça e o funcionamento de Câmaras regionais, a possibilidade da instalação da justiça itinerante, a exibição das férias coletivas da Magistratura, a imediata distribuição dos feitos ao juiz e nos tribunais, a correspondência entre o número de juízes e de habitantes entre outras. Ao lado desse aspecto, procurou concretizar princípios que antes regulavam apenas a atuação da Administração, como o da transparência e publicidade das decisões administrativas dos tribunais.

Também, como alteração mais profunda e com conseqüências diretas no funcionamento do aparelho jurisdicional, destaca-se, no Estado do Paraná, a extinção do Tribunal de Alçada, a recomendar alterações no Regi-

mento Interno e no Código de Organização e Divisão Judiciárias.

A necessidade da transposição das providências do nível da Constituição da República para a Constituição Estadual e desta para a legislação ordinária estadual impõe a alteração da ordem constitucional do Estado do Paraná, com alterações dos artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 da Constituição local, e especialmente as alterações dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10, 13, 25, 26, 29, 33, 78, 79, 81, 84, 87, 90, 100, 111, 112, 114, 123, 128, 130, 135, 136, 137, 156, 163, 169, 176, 203, 218, 219, 221, 240 e 270 do Código de Organização e Divisão Judiciárias, contemplados no artigo 1º da proposta.

#### **Justificativa específica**

Algumas das alterações no Código de Organização e Divisão Judiciária preocupam-se somente com a exclusão do termo Tribunal de Alçada ou tribunais, determinada pela extinção do Tribunal de Alçada do Paraná, sem mudanças de conteúdo ou de sentido do mandamento legal, como ocorre com o *caput* do artigo 1º e do seu parágrafo 3º, artigo 2º, inciso II, artigo 3º, *caput*, artigo 5º, *caput* e parágrafo 1º, artigo 25, parágrafo 6º, artigo 78 *caput*, e parágrafo 4º, artigo 79, artigo 81, parágrafo 3º, incisos I e II, e parágrafo 6º, artigo 84, *caput* 87, artigo 90, parágrafo 1º, artigo 99, artigo 100, artigo 111, artigo 112, artigo 114, parágrafo 2º, artigo 123 *caput* e inciso I, artigo 128 e seu parágrafo único, artigo 130, artigo 135, artigo 136, artigo 137, artigo 156, artigo 159, artigo 176, artigo 218, parágrafo 2º, artigo 221 e artigo 240.

O artigo 4º consolida legislativamente o aumento do número de Desembargadores determinado pela extinção do Tribunal de Alçada e pela passagem dos Juízes desse Tribunal ao cargo de Desembargador.

A nova redação aos parágrafos 1º e 3º do artigo 5º reproduzem a Emenda Constitucional 45 (art. 93, II d e e), que prevê a recusa do juiz mais antigo por voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Tribunal de Justiça, assegurada a ampla defesa, e proíbe a promoção do juiz que reter injustificadamente os autos além do prazo legal.

O *caput* do artigo 6º estabelece, de diferente, o requisito com mais de dez anos de carreira, atendendo, assim, o artigo 94 da Constituição Federal, que é expresso a respeito. O parágrafo 1º do mesmo artigo 6º retira da atual redação o termo destinada, substituindo-o pelo termo preenchida, enquanto que o parágrafo 3º, cujo acréscimo é proposto, regulamenta a formação da lista tríplice dos indicados para o preenchimento da vaga do quinto constitucional.

No artigo seguinte, 7º, pretende-se a alteração do órgão competente para a escolha e preenchimento da vaga de Desembargador, que pela atual redação é o Tribunal Pleno e com a mudança será o órgão previsto no Regimento Interno do Tribunal. A inclusão de um parágrafo único ao mesmo artigo regulamenta o procedimento para o preenchimento de vaga atribuída ao quinto constitucional.

O parágrafo 1º do artigo 8º proíbe a reeleição aos cargos diretivos do Tribunal de Justiça e define como critério para a habilitação às eleições a antiguidade do Desembargador, além de estabelecer o quórum e a forma de votação: maioria absoluta e votação secreta.

O artigo 10 abre espaço à regulação do funcionamento dos órgãos do Tribunal também pela lei, ampliando o leque de atos normativos, no momento, pela atual redação do Código de Organização, ao Regimento Interno.

O artigo 13, diante da criação da 2ª Vice-Presidência do Tribunal, esclarece que, entre os dois Vices-Presidentes, somente o Primeiro Vice-Presidente participará do Conselho da Magistratura.

No inciso IV do artigo 25 procede-se à alteração do pronome de por em segundo grau, o mesmo ocorrendo nos parágrafos 3º a 6º e no artigo 26, a fim de definir-se semanticamente que o Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau compõe a Magistratura de primeiro grau, conforme definido no *caput*, mas em exercício no segundo grau. Trata-se de uma alteração necessária e que concorre para o manejo mais fácil do método hermenêutico gramatical, sempre útil na interpretação da norma, embora sem foro de exclusividade.

O artigo 29 sofrerá, com a proposta, o acréscimo de um inciso, passando-se a exigir, na conformidade com a Emenda Constitucional 45 e com a Constituição do Estado a ser também alterada no ponto, o exercício de atividade jurídica por no mínimo três anos como requisito para o ingresso na Magistratura.

No parágrafo 2º do artigo 84 retira-se a expressão férias coletivas, abolidas pela Emenda Constitucional 45.

No artigo 163, IV, c, que estabelece as punibilidades aos auxiliares de justiça do foro judicial, acrescenta-se o termo função, em atenção à diferença e complementaridade dos conceitos de cargo e função.

No artigo 169 completa-se a expressão ação penal pública. Na atual redação existe referência, incompleta, a ação pública, sem o termo penal.

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI 385/2005**

#### **P A R E C E R :**

#### **Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei 385 busca atender aos dispostos na Emenda Constitucional nº 45, que trouxe profundas alterações na estrutura de todo Poder Judiciário Estadual e na carreira da Magistratura, regulando pormenorizadamente o ingresso, a promoção e a remoção dos juizes, a exigir, todas essas modificações, conseqüentes alterações e adaptações da Constituição Estadual e da Legislação correlata ao Tribunal de Justiça e aos Juízes Estaduais.

A Emenda Constitucional nº 45 em seu artigo 4º e parágrafo único:

*“Art. 4º Ficam extintos os Tribunais de Alçada, onde houver, passando os seus membros a integrar os*

*Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitadas a antigüidade e classe de origem.*

*Parágrafo Único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da promulgação desta Emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário Estadual”.*

A Constituição do Estado assim diz:

*“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”*

Face ao disposto na Emenda Constitucional nº 45, artigo 4º e parágrafo único, cabe ao Poder Judiciário reestruturar o Código de Organização e Divisão Judiciária, a fim de adequar-se às exigências da Emenda Constitucional e a nova realidade por ela criada. Isso implica dizer na plenitude da iniciativa do projeto, bem como de sua propositura, conforme o artigo supracitado da Constituição do Estado.

O projeto ora em análise omitiu-se apenas no aspecto da observância da Lei Complementar 95/98, o qual no seu artigo 8º reza da seguinte forma:

*“Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão.*

*§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.*

*§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula ‘esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação Oficial’.”*

#### **Do Voto**

Assim exposto e na forma da emenda ADITIVA em anexo conforme o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, somos de parecer favorável e pela constitucionalidade em legalidade, por apresentar-se em perfeita sintonia com a legitimidade da propositura, do interesse e da técnica legislativa.

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 385/2005**

O artigo acrescido, conforme o artigo 136 e 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, passa a vigorar da seguinte maneira:

*“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.*

Sala das Comissões, em 22.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Barbosa Neto, Hermes Fonseca, Nelson Justus, Ailton Araújo, Elton Carlos Welter e Reni Pereira.

## **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 385/2005**

**P A R E C E R :**

### **Relatório**

O presente plano de lei é de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 482/2005, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que trata do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, por força do exarado na Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004.

### **Fundamentação**

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável pela constitucionalidade legalidade e de técnica legislativa, com a inclusão de Emenda Aditiva.

### **Conclusão**

Obedecendo o que rege o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, desta Casa de Leis, verifica esta relatoria, que o projeto em questão, visa tão somente a adaptação que a Emenda Constitucional nº 45 trouxe na estrutura do todo o Poder Judiciário Estadual e na carreira da Magistratura. Sendo assim, esta Comissão, não encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 385/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

## **Discussão Única (Proposições)**

### **ITEM 07**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que cria a função de Ouvidor Corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ,

CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (**Publ. no DA nº 063/2005, de 20/06/2005, em Redação Final, pág. 29**).

OF/CTL/CC Nº 126/2005

Curitiba, 27 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 153/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 009/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão do motivo adiante exposto.

Objetiva o autógrafo criar a Ouvidoria nas Universidades e Faculdades Estaduais, como órgão de assessoramento administrativo no que concerne à comunicação com a comunidade, visando o aperfeiçoamento das ações institucionais.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que trata de matéria reservada à iniciativa privativa do Governador do Estado, afrontando, desta forma, o artigo 66 da Constituição Estadual.

Essa a razão que me levou a vetar o projeto de lei em epígrafe que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 68/2005

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto criar a função de ouvidor corregedor nas universidades e faculdades estaduais do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 3021, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado**.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 068/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 009/2005.

### *Discussão Única (Indicação)*

#### ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 048/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do curso de Medicina no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 104/2005, de 28/09/2005, em Indicações).**

#### ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 049/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que sugere a criação e implantação do curso de Odontologia no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 104/2005, de 28/09/2005, em Indicações).**

### *Requerimentos*

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2999, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, há quatro requerimentos da Oposição, nos quais fizemos um acordo com a Liderança do Governo, para retirarmos e refazermos o requerimento. Qual é ele, Sr. Presidente?

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Este da Copel já foi aprovado, nobre Deputado. Os outros três V. Exa. poderá retirar.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, eu retiro.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a V. Exa. que faça o requerimento por escrito, para a retirada.

Requerimentos nºs 3000 a 3002, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch, da Bancada da Oposição, constantes de Sessão anterior. **Retirados pelo autor**.

Requerimento nº 3003, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3007, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3013, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3015 e 3016, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3018, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3019 e 3030, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3020, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3022 a 3025, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3031 a 3033, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3035, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3036, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3037, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 212, 244, 268 e 269/2005 e do Projeto de Resolução nº 013/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 296 e 385/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2005.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Diretoria Geral***

##### ***Portarias***

##### **PORTARIA Nº 85/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7622, datado de 30 de setembro de 2005, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de 15 (quinze) dias, a partir de 30 de setembro de 2005, término em 15 de outubro de 2005. CID 10 F32.3.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

##### **PORTARIA Nº 86/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7234, datado de 02 de setembro de 2005, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, LIEGE FURIATTI SABOIA, matrícula nº 40522, de 90 (noventa) dias, a partir de 13 de setembro de 2005, término em 12 de outubro de 2005. CID 10 F31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

##### **PORTARIA Nº 87/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7621, datado de 30 de setembro de 2005, deste Poder,

##### **R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, JUSSARA FREITAS TRANCOSO, matrícula nº 40578, de 07 (sete) dias, a partir de 21 de setembro de 2005, término em 28 de setembro de 2005. CID 10 Z54.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral



## PORTARIA Nº 88/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7387, datado de 23 de setembro de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor deste Poder Legislativo, JACKSON MIGUEL BADUY, matrícula nº 40233, de 23 (vinte e três) dias, a partir de 01 de setembro de 2005, término em 23 de setembro de 2005. CID 10.0+18.9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## PORTARIA Nº 89/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6647, datado de 30 de agosto de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar averbar, na Ficha Funcional de CARLOS ALBERTO MAINGUE, matrícula nº 40212, funcionário deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Consultor

Administrativo nível NUD-02, os seguintes períodos de tempo:

I - de acordo com o parágrafo 9º, do artigo 35 da Constituição Federal, para efeito de aposentadoria em que trabalhou na Planeve Planejamento de Negócios e Vendas Ltda., de 01/11/1957; na Mundial Seguradora S/A, de 01/02/1977 a 01/08/1977; na Liberty Paulista Seguros S/A, de 01/07/1979 a 30/09/1979; na Comércio de Móveis e Decorações Ltda., de 02/05/1980 a 30/08/1980; de 04/05/1983 a 20/12/1992; na Atlântica Cia. Nacional de Seguros, de 02/08/1977 a 28/10/1977; no Banco Mercantil de Minas Gerais, de 05/11/1962 a 28/04/1967; na Atalaia Cia. de Seguros Contabilidade, de 26/06/1967 a 27/11/1968; no Banco Nacional de Minas Gerais S/A, de 01/12/1968 a 06/02/1969; na Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, de 20/03/1969 a 11/07/1972; no Banco Crefisul de Investimentos S/A, de 17/10/1972 a 10/02/1975, num total de quatorze (14) anos, três (03) meses e quinze (15) dias.

II - No período de 04/05/1983 a 20/12/1992, trabalhados sob Regime CLT nesta Assembléia Legislativa, no total de nove (09) anos, sete (07) meses e vinte e nove (29) dias, para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129 da Lei nº 6174/70 combinado com o parágrafo 9º, do artigo 40, da Constituição Estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral